

## Presidente do Senado tem dia decisivo no Plenário

PÁGINA 3



GERALDO MAGELA

Renan discursa em sua defesa; Plenário decidirá em sessão secreta, nesta quarta-feira, se o presidente perde ou não o mandato por quebra de decoro

### Oposição pressiona para instalar CPI das ONGs

O DEM promete manter obstrução em Plenário até que seja instalada a CPI para investigar a ação das organizações não-governamentais.

PÁGINA 4

### Comissão de Justiça aprova lei que regulamenta gastos na saúde

Avança no Senado a regulamentação da Emenda 29, que define percentuais mínimos a serem aplicados em serviços públicos de saúde. Após aprovação pela CCJ, o texto segue para as comissões

de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, antes de chegar ao Plenário. O projeto fixa regras para rateio de recursos entre União, estados e municípios.

PÁGINA 5

### e mais... cidadania

#### Regras para situações em que a interdição é necessária

Veja nesta edição os casos em que uma pessoa é considerada incapaz de zelar pelos seus interesses e os mecanismos legais para evitar que ela seja prejudicada. Quando o caminho é a interdição, o juiz pode nomear um curador para representar a pessoa interdita.

PÁGINA 16



Mesquita Júnior, presidente da Representação Brasileira, quer ampliar debates sobre o bloco

#### Parlamento do Mercosul já tem orçamento para 2008

PÁGINA 6

#### Passageiro vítima de overbooking pode ter direito a indenização

Projeto de Serys Slhessarenko, acolhido pela CCJ, determina pagamento equivalente ao valor da tarifa para trecho adquirido e não voado. Proposta da Anac também prevê indenização para coibir excesso de reservas em aeronaves. Companhias aéreas criticam medidas e atribuem o overbooking ao hábito dos brasileiros de fazerem múltiplas reservas.

PÁGINA 11

AGENDA	Página 2
AGORA É LEI	
PERGUNTE AO SENADOR	
FOTO DA SEMANA	
FRASES	
VOZ DO LEITOR	Página 13





ÉTICA Primeiro de três processos que tramitam contra Renan Calheiros será decidido em sessão secreta

# Plenário vota pedido de cassação na quarta

Uma sessão extraordinária do Senado foi convocada para esta quarta-feira, às 11h, a fim de votar o projeto de resolução de perda de mandato, por quebra de decoro parlamentar, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente da Casa. A informação foi prestada pela Secretaria Geral da Mesa, segundo a qual a sessão será secreta, com base no artigo 197 do Regimento Interno e no parágrafo 2º do artigo 55 da Constituição federal. Se a maioria absoluta dos senadores (no mínimo, 41 em 81) votar pela aprovação do parecer do Conselho de Ética, Renan terá o mandato cassado e perderá os direitos políticos.

O projeto de resolução pedindo a cassação foi lido no Plenário na quinta-feira da semana passada, após ter sido acolhido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (11 votos a 4) e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (20 votos a 1), que o considerou "legal, constitucional e livre de vícios jurídicos".

O relatório aprovado, de Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS), acusa o presidente do Senado de ter contas particulares pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da constru-

tora Mendes Júnior. A denúncia surgiu em reportagem da revista *Veja*, referindo-se especificamente a uma pensão alimentícia paga à jornalista Mônica Veloso, com quem o senador tem uma filha de três anos. Renan anunciou, na semana passada, que distribuirá, a cada um dos senadores que o julgarão, um memorial resumindo os fatos que se sucederam desde a representação ajuizada pelo PSOL contra ele.

– Quero apenas que os senadores entendam, observem o memorial que vou distribuir, que demonstra a verdade. Porque a verdade sempre vence – disse.

O relator na CCJ, Tasso Jereissati (PSDB-CE), fez uma retrospectiva do processo movido pelo PSOL contra Renan, observando que o conselho adotou os passos jurídicos exigidos para a apuração e a elaboração do relatório. Jereissati salientou também que a Renan foi oferecida ampla oportunidade de defesa. O único voto contrário foi de Wellington Salgado (PMDB-MG), que reafirmou seu entendimento de que o voto aberto do processo no Conselho

de Ética fere a Constituição, que exigiria o voto secreto não apenas no Plenário, mas em todas as instâncias da Casa. No conselho, a votação foi aberta, conforme decisão tomada no dia 30, quando o presidente do colegiado, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), sugeriu voto secreto, mas um recurso pelo sufrágio aberto foi aprovado pelo plenário do órgão.

O relatório favorável à cassação teve a oposição de Epitácio Cafeteira (PTB-MA), Gilvam Borges (PMDB-AP), Almeida Lima (PMDB-SE) e Wellington Salgado.

Os dois últimos produziram votos em separado que defendiam a absolvição de Renan e pediam o arquivamento da representação.

A maioria, porém, optou pelo relatório que pede a cassação. Além de Casagrande e Marisa Serrano, votaram pela cassação os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Augusto Botelho (PT-RR), João Pedro (PT-AM), Demostenes Torres (DEM-GO), Heráclito Fortes (DEM-PI), Romeu Tuma (DEM-SP), César Borges (DEM-BA), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Jefferson Péres (PDT-AM).

**Se relatório for acolhido por maioria absoluta, Renan perde o mandato**



Entre Casagrande (E) e Quintanilha, Marisa Serrano defende relatório da primeira representação apresentada pelo PSOL



No Conselho de Ética, senadores aprovaram, por 11 votos a 4, projeto de resolução pedindo a cassação de Renan Calheiros

## Wellington ataca relatório e diz que há equívocos

Na reunião do Conselho de Ética que decidiu sobre o processo contra Renan Calheiros, o senador Wellington Salgado apresentou voto em separado no qual considera improcedente a representação do PSOL. Para Wellington, o relatório de Marisa Serrano e Renato Casagrande contém "diversos equívocos".

Em conclusão oposta à do relatório aprovado, o parlamentar afirmou que o laudo da Polícia Federal concluiu, pelos documentos apresentados por Renan para justificar a origem de seus recursos, que ele teria capacidade financeira para pagar pensão alimentícia à filha do senador com Mônica Veloso.

– Os documentos provam que ele tinha condições de arcar com a pensão. Da movimentação bancária saíram recursos que justificam os pagamentos, e com sobra – observou.

Para Wellington, o fato de Renan ser amigo de Cláudio Gon-

tijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior, não configura quebra de decoro. O parlamentar por Minas Gerais também afirmou não existir comprovação de que a empresa tenha se aproveitado da amizade de seu funcionário com o presidente do Senado, nem que tenha sido realizado algum pagamento, por parte da Mendes Júnior, à Mônica Veloso.



Para Wellington, amizade entre Renan e Gontijo não configura quebra de decoro

## Almeida Lima: decisão do conselho foi injusta

A decisão do Conselho de Ética foi "injusta e não reflete a verdade dos autos ou a prova que foi produzida", na opinião de Almeida Lima, um dos relatores da primeira representação contra Renan.

– Espero que o Plenário do Senado Federal tome a decisão acertada, que é exatamente pelo arquivamento, diante da falta de qualquer prova que possa culpabilizar o senador Renan Calheiros – disse.

Almeida Lima também afirmou que o Plenário é o colegiado competente para votar e que, do conselho, "sai apenas um parecer". O parlamentar,

que defendia o voto fechado no Conselho de Ética, voltou a criticar o processo de votação aberta.

– Os que declararam seu voto no Conselho de Ética cometeram um equívoco. Eles chegaram ao Plenário, onde a votação é fechada, a descoberto – observou.

O senador chegou a apresentar um voto em separado recomendando o arquivamento do processo, mas, diante da aprovação do relatório, o texto não foi posto em votação. Ele disse que continuará trabalhando pela absolvição de Renan Calheiros.

## Para oposição, resultados podem se repetir

Os senadores do Democratas Demostenes Torres (GO) e César Borges (BA) consideram que a decisão do Conselho de Ética e da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao relatório que pede a cassação do senador Renan Calheiros, deverá ser mantida pelo Plenário.

– Senador não é menino de pré[-escola]. Tem que votar de acordo com sua consciência e com as provas produzidas – afirmou Demostenes, ao observar que as provas foram "muito bem produzidas, o voto [dos relato-

res] foi bem-feito e as provas são incontestáveis". O parlamentar acredita que no final do processo irá prevalecer a vontade do conselho e que esta se refletirá nos votos de todos os senadores.

César Borges afirma que o fato de Renan não ter se afastado da Presidência do Senado deixou a instituição exposta "durante cem dias". Também o senador José Nery (PSOL-PA) acredita que os parlamentares devem votar no Plenário "com a mesma convicção" com que votaram no conselho. Ele disse esperar que o

voto secreto sirva para "garantir isento e justo julgamento". A mesma posição foi defendida por Tasso Jereissati, relator na CCJ, para quem a votação no Conselho de Ética e na comissão é "um indicativo bastante forte do que poderá ser a votação em Plenário".

Por sua vez, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) criticou duramente, à tribuna, a decisão da CCJ, de referendar os trabalhos do Conselho de Ética. Para ele, a decisão foi um "complemento do massacre" contra Renan.

## Arthur Virgílio elogia parecer

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que seu partido deverá recomendar o voto pela cassação de Renan Calheiros em Plenário.

– A Executiva deverá recomendar, muito enfaticamente, que o parlamentar vote pela cassação do mandato por quebra de decoro parlamentar, de acordo com o que propôs o relatório dos senadores Marisa Serrano e Renato Casagrande

– ressaltou ele.

O senador afirmou ainda que os quatro votos do Partido dos Trabalhadores no Conselho de Ética, favoráveis à cassação do mandato, demonstram que o PT pode votar contra o presidente da Casa.

Arthur Virgílio chegou a sugerir sessão aberta para examinar o processo contra Renan Calheiros. Para ele, apenas a votação deveria ser secreta.

## PSOL faz nova representação

A presidente do PSOL, Heloísa Helena, apresentou na quinta-feira nova representação contra o presidente da Senado por quebra de decoro parlamentar. O documento se baseia em reportagem publicada pelas revistas *Veja* e *Época*, segundo as quais Renan Calheiros teria envolvimento com o lobista Luiz Garcia Coe-

lho em um suposto esquema de propinas para desviar dinheiro público.

O líder do PSOL no Senado, José Nery, afirmou que, para o partido, todas as representações deveriam constar de um único processo.

Outros três processos contra Renan tramitam na Casa.

## Casagrande saúda fim do processo

Após a votação do relatório pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Renato Casagrande, um dos relatores da representação contra Renan Calheiros, afirmou ter "a sensação de missão cumprida".

– Com base na análise da evolução patrimonial do senador Renan, fomos capazes de demonstrar que ele, de fato, não tinha condições materiais de arcar com suas despesas – frisou o parlamentar.

Casagrande disse acreditar que o Plenário do Senado vai procurar manter-se "conectado com a sociedade".

– Quero crer que o Senado vá dar o exemplo num processo interno que julga seu próprio presidente – concluiu.

**INVESTIGAÇÕES** Comissão para avaliar repasses públicos às ONGs aguarda instalação desde o ano passado

# Oposição pressiona por CPI das ONGs

Na terça-feira passada, a oposição manteve a estratégia de obstruir os trabalhos do Senado para garantir a instalação da CPI das ONGs (organizações não-governamentais) – marcada para a noite daquele dia, depois de duas tentativas frustradas – e em protesto pela permanência, na Presidência da Casa, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), investigado por suposta quebra de decoro parlamentar.

Com isso, a votação do projeto de lei da Câmara (PLC 44/07) que

atualiza as regras para concessão de estágio a estudantes foi adiada para a próxima sessão deliberativa do Senado, nesta terça-feira.

– Está se empurrando com a barriga esse assunto desde o ano passado. O compromisso era instalar a comissão na primeira semana de agosto, e até agora nada – protestou Heráclito Fortes (DEM-PI), autor do requerimento de criação da CPI das ONGs.

Já o líder do Democratas, José Agripino Maia (RN), garantiu que, enquanto não se instalar a CPI, o seu partido não deve

votar nada.

## Repasses da Petrobras a ONGs sob suspeita

No dia 21 de novembro de 2006, Heráclito Fortes protocolou na Mesa do Senado pedido com 44 assinaturas de parlamentares para a abertura da comissão. No pedido, o senador propôs apurar os repasses públicos para as ONGs e Oscips (organizações da sociedade civil de interesse público), além da utilização dos recursos no período de 2003 a 2006.

– Seria leviandade ou preci-

pitação de qualquer um de nós se antecipar sobre as atividades das milhares e milhares de ONGs que estão registradas no país. No entanto, não podemos nos omitir em relação a fatos graves de que o país tem conhecimento, qual seja, o uso e a instrumentalização dessas organizações por sindicatos, partidos políticos e organizações estrangeiras – disse Heráclito na ocasião.

O pedido de abertura da CPI continha assinaturas de parlamentares da oposição e aliados do governo federal como os se-

nadores José Sarney (PMDB-AP), Sibá Machado (PT-AC) e Tião Viana (PT-AC).

Entre as atribuições da CPI, está prevista a investigação da ONG UniTrabalho – que tem como colaborador o ex-analista de risco e mídia do PT Jorge Lorenzetti –, que teria recebido mais de R\$ 18 milhões da União desde o início do governo Lula.

Heráclito também quer investigar as denúncias de que a Petrobras teria repassado mais de R\$ 30 milhões a ONGs ligadas ao PT.



Heráclito Fortes (E), autor do pedido de CPI, quer investigar repasses como os feitos à ONG UniTrabalho, de Jorge Lorenzetti



## Abong avalia que número de escândalos é pequeno

A diretora-executiva da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong), Tatiana Dahmer, afirma que o número de processos contra ONGs registrados atualmente é pequeno se comparado à quantidade de ONGs existentes no Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2002 apontaram a existência de 275 mil entidades, mas ela estima que o número atual chegue a 500 mil.

– Se você for ver, é um número pequeno de escândalos envolvendo ONGs. Muitas pessoas imaginam que todas as entidades são irregulares, que nós gostamos de mamar nas tetas do governo. Mas a grande maioria é séria – disse Tatiana ao portal G1.

Segundo a diretora, grande parte dos processos envolvendo convênios com ONGs se deve à burocracia da prestação de contas.

– As exigências dos convênios são feitas para o Sudeste. Imagine uma entidade que atua com indígenas. Não tem nota fiscal e CNPJ no meio da selva para comprovar gastos – assinalou ela.

Tatiana diz acreditar que a queda nos repasses do governo para as ONGs, conforme revelam dados da Controladoria Geral da União (veja nesta página), também se deve à burocracia.

– Não tem mais ou menos facilidade agora do que antes. É que a burocracia vai tornando os convênios cada vez mais difíceis – ressaltou.

Segundo Tatiana, é preciso regulamentar os repasses governamentais para ONGs e reduzir a burocracia para o setor.

– Não existe facilidade para receber recursos. Quando tem facilidade é porque há conivência do poder público para desvio de verbas. Não é uma festa como muitos pensam, é difícil ter acesso – concluiu Tatiana.

## Repasses caíram, mas fundos não estão computados

Segundo a Controladoria Geral da União (CGU), desde 1999 o governo federal já repassou R\$ 48 bilhões para ONGs. Os números mostram que o montante concedido no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), R\$ 20 bilhões, é menor que o repassado no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002): R\$ 28 bilhões.

– Excluindo certas entidades

que não executam propriamente programas de governo, como fundações de apoio de universidades federais, Apaes, os números [de repasse de verbas] caem. Mas a queda em relação ao exercício anterior também se mantém – informou em nota o ministro da CGU, Jorge Hage.

Segundo o ministro do TCU Marcos Bemquerer, a queda ocorre porque o governo mudou sua

forma de repassar verbas.

– Alguns repasses que antes ocorriam diretamente agora vão por meio de fundos, como o Fundeb [Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica], e saem da estatística. Não acredito que os repasses para ONGs tenham caído, muito pelo contrário – disse Bemquerer.

De acordo com Hage, a Con-

troladoria fiscaliza repasses de recursos a aproximadamente 320 ONGs. Entre elas, estão as 20 que mais receberam recursos entre 1999 e 2006; cerca de 120 entidades que receberam entre R\$ 2 milhões e R\$ 10 milhões no mesmo período; e cerca de 180 que receberam entre R\$ 200 mil e R\$ 2 milhões. Um resultado preliminar deverá ser divulgado até novembro.

## TCU condena mais da metade das ONGs auditadas

Organizações não-governamentais (ONGs) sem capacidade para executar convênios com a União receberam mais da metade – 54,5% – das verbas federais destinadas a entidades dessa natureza, segundo o último relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), aprovado no fim de 2006. Os convênios analisados receberam R\$ 150,7 milhões dos cofres públicos entre 1999 e 2005.

– [O relatório] reforça a urgência de fazer a CPI e mostra que eu tinha razão – afirmou Heráclito Fortes (PFL-PI), autor do requerimento para instalação da CPI das ONGs, protocolado em novembro de 2006.

O TCU analisou detalhadamente 28 convênios celebrados com dez ONGs – com base em amostra que para o órgão representa o padrão de comportamento dessas entidades. As ONGs avaliadas cuidam da prestação de serviços na área de saúde indígena à concessão de bolsas de estudo, passando pela capacitação do programa

Primeiro Emprego e pela compra de ambulâncias.

De acordo com o ministro Marcos Bemquerer, relator da auditoria do TCU, pela quantidade de organizações que recebem recursos federais no país – são cerca de 30 mil convênios firmados por ano –, o número de processos em andamento ou condenações não é expressivo, mas mostra um grave problema no repasse das verbas públicas.

Desde 2001, com exceção de 2003 (ano de drástica redução de gastos não-obrigatórios), essas entidades vêm recebendo no total mais de R\$ 2 bilhões por ano, em valores corrigidos pela inflação. Lideram os repasses os ministérios da Saúde e o de Ciência e Tecnologia.

A relação entre o Estado e as ONGs, de acordo com o TCU, é pautada pela quase absoluta falta de controle, com conseqüente

prejuízo aos cofres públicos e à população.

– O que está ocorrendo é uma verdadeira terceirização da execução das políticas públicas para organizações da sociedade civil, daí descambando para toda sorte de ilícitos administrativos, tais como a burla da exigência de concurso público e de licitações, o uso político-eleitoreiro dos recursos transferidos, o desvio de recursos para enriquecimento ilícito, entre muitos outros – dizia o relatório da auditoria assinada por Bemquerer.

Em alguns casos, foram detectadas falhas na avaliação que antecede a aprovação dos convênios. Ou pior: os pareceres dos órgãos públicos simplesmente inexistiam. Um exemplo disso é convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Associação de Plantas do Nor-

**Entidades vêm recebendo mais de R\$ 2 bilhões por ano em repasses**

## COMISSÃO DE JUSTIÇA

## Aprovada mudança no estatuto do Confea

O plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) pode ser composto por um representante de cada estado e do Distrito Federal. Aprovada na quarta-feira passada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a representação federativa do conselho será responsável por fiscalizar e regular o exercício de cerca de 200 profissões – número muito superior àquelas que são citadas no nome da entidade.

A proposta também inclui no estatuto do Confea regra para que temas relativos às atribuições profissionais só possam ser decididos pelo conselho com dois terços dos votos. Na CCJ, o projeto de lei da Câmara (PLC 123/06) foi relatado por Edison Lobão (DEM-MA) e apenas Sibá Machado (PT-AC) votou contra a aprovação. Antes do Plenário, a proposta ainda será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para Sibá, os conselhos pro-

fissionais são autarquias federais e só podem ter seus estatutos alterados por projeto de iniciativa do Poder Executivo. Ele afirma que o governo deve ser acionado para apresentar proposta com as mesmas sugestões, para substituir o PLC 123/06. O senador teme que a aprovação do projeto reforce

**Sibá Machado afirma que iniciativa para alteração deve ser do Executivo**

a tendência de mudanças nas estruturas dos conselhos federais das diversas profissões à revelia do Executivo. Somente o Confea – o maior desses conselhos – possui mais de 850 mil jurisdicionados.

Mas os demais senadores argumentaram que o projeto não aumenta despesas nem cria cargos – matérias que são consideradas de atribuição exclusiva do Executivo. Edison Lobão sustentou também que as questões levantadas por Sibá foram exaustivamente debatidas na Câmara e que a consultoria do Senado também se posicionou pela constitucionalidade e legalidade da matéria.



Senadores concordam com proposta para realização de provas em todas as capitais onde tenha havido ao menos 50 inscrições

## Concursos podem ter provas em todo o país

O presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), informou que o projeto que determina a realização de provas de concursos para cargos públicos federais em todas as capitais onde tenham sido computadas pelo menos 50 inscrições será o primeiro item da pauta da próxima reunião.

O projeto (PLS 509/03), do senador Mão Santa (PMDB-PI), conta com voto favorável do relator, Edison Lobão. Sibá Machado sugeriu a Lobão que determine a obrigatoriedade da descentralização das provas a partir de um número mínimo de inscritos de cem pessoas em cada estado. Ele alegou que o número previsto no texto pode

provocar grande elevação nos custos dos concursos.

Os demais senadores não se mostraram dispostos a acolher a mudança, concordando com a idéia de que a descentralização é um requisito para ampliar o grau de igualdade nos concursos, já que os custos de deslocamentos – passagem e hospedagem – para as poucas capitais onde se realizam as provas impedem a participação de muitos interessados.

– Eu coloquei esse número [50] para constar, mas não tem um concurso que não reúna milhares de concorrentes, nos vários estados, tal é a necessidade de emprego no país – observou Mão Santa.

FOTOS: JANE ARAÚJO



Marco Maciel (E) conversa com Tião Viana, autor do texto que regulamenta a Emenda 29

## Avança regulamentação de gastos com saúde

Em decisão unânime, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na última quarta-feira a regulamentação da Emenda Constitucional 29 – que definiu, em 2000, os percentuais mínimos a serem aplicados por União, estados, municípios e Distrito Federal em ações e serviços públicos de saúde, como forma de garantir um financiamento estável para o setor. O projeto (PLS 121/07), complementar, recebeu parecer favorável de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Com 33 artigos, a proposta fixa critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e estabelece normas de fiscalização, além de promover a avaliação e o controle das despesas com saúde nas três esferas de gover-

no. Determina ainda que a União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde montante igual ou superior a 10% das chamadas receitas correntes brutas (tributárias, patrimoniais, industriais, entre outras). Caberá aos estados aplicar em saúde 12% da arrecadação dos impostos, enquanto os municípios deverão empregar no setor 15% do mesmo total arrecadado.

– A regulamentação da Emenda Constitucional 29 representa uma dívida do legislador para com toda a sociedade, especialmente com relação às camadas mais necessitadas – destacou Tião Viana (PT-AC), para quem a não-regulamentação está fazendo com que os objetivos da chamada Emenda da Saúde não estejam sendo cumpridos.

Valadares concordou com Viana e disse que a regulamentação fará com que “milhões de brasileiros passem a ter condições mínimas de atendimento nos hospitais públicos brasileiros”.

O projeto complementar segue agora para análise das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), e depois para votação em Plenário.

Antes de receber a proposta, a CAS promoverá uma audiência pública sobre o assunto, sugerida por Papaléo Paes (PSDB-AP). O encontro será realizado no âmbito da Subcomissão de Promoção e Defesa da Saúde e deverá ter a participação de representantes do Ministério da Fazenda, do Departamento de Economia da Saúde e do Ministério da Saúde, entre outros.

## Sistema Nacional de Mobilização para casos de ameaça à soberania

A CCJ decidiu aprovar o projeto de lei da Câmara dos Deputados que cria o Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob). Originária do Executivo, a proposta estabelece que o presidente da República fica autorizado a implantar, por decreto, atividades de mobilização em caso de guerra ou ameaça à soberania nacional, bem como a determinar a desmobilização assim que cessarem ou diminuïrem os fatos que geraram o quadro de crise.

O Sinamob deverá assessorar o presidente na definição das medidas necessárias à mobilização e à desmobilização nacional e elaborar a política e o plano nacional para a área. O sistema, vinculado ao Ministério da Defesa, será composto por representantes de vários ministérios, entre eles o da Defesa, o das Relações Exteriores e o da Justiça.

No decreto presidencial, serão especificados o espaço geográfico em que será realizada a mobilização e as medidas necessárias a sua execução. Tais ações podem envolver a convocação dos esta-



Relator da proposta, Mozarildo Cavalcanti afirma que mecanismo previsto na Constituição de 1988 nunca foi regulamentado

dos federados; a reorientação da produção, da comercialização, da distribuição e do consumo de bens e utilização de serviços; a requisição e ocupação de bens e serviços; e a convocação de civis e militares.

Segundo o relator da proposta (PLC 25/07), Mozarildo Caval-

canti (PTB-RR), o mecanismo de mobilização nacional, previsto na Constituição federal de 1988, nunca foi implementado por não ter sido regulamentado.

A matéria será examinada pela Comissão de Relações Exteriores antes da decisão final do Plenário.

**INTEGRAÇÃO** Verba se destinará ao funcionamento do órgão em 2008. Brasil contribuirá com US\$ 250 mil

# Mercosul: Parlamento terá US\$ 1 milhão

O Parlamento do Mercosul deverá dispor de uma dotação de US\$ 1 milhão para o seu funcionamento em 2008, o equivalente a cerca de R\$ 1,95 milhão. Desse total, o Brasil cederá o equivalente a US\$ 250 mil, mesma quantia prevista para cada um dos outros três integrantes plenos do bloco – Argentina, Paraguai e Uruguai. Caso seja aprovada a adesão da Venezuela, o país contribuirá com outros US\$ 250 mil.

O orçamento foi aprovado pelos 60 parlamentares presentes à quinta sessão ordinária do órgão, realizada na semana passada em Montevidéu. Também foi aprovada solicitação ao Conselho do Mercado Comum para que remeta o orçamento aos Estados-partes, para que estes “tomem as medidas necessárias à realização do aporte correspondente”.

Os números do orçamento já haviam sido apresentados pelo vice-presidente brasileiro do Parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), durante café da manhã de trabalho da delegação nacional com o embaixador brasileiro Regis Arslanian, representante permanente perante o Mercosul e a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

Dr. Rosinha informou ainda que a dotação brasileira está prevista



Sessão do Parlamento em Montevidéu: orçamento para 2008 foi referendado por todos os 60 parlamentares presentes

no projeto de lei do Orçamento da União para 2008, enviado pelo governo federal ao Congresso no final de agosto. Os recursos serão administrados, segundo o deputa-

do, pelo Ministério das Relações Exteriores. Com os recursos previstos, serão contratados 32 funcionários pelo Parlamento no ano que vem.

## Bloco deve buscar exemplo europeu, diz Mercadante

O Mercosul deve buscar inspiração no exemplo da União Européia para aprofundar a integração regional e obter lugar de destaque no cenário internacional, conforme sugeriu o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Em Montevidéu, Mercadante pediu que sejam deixadas de lado, no momento, as questões que dividem os integrantes do bloco econômico e que se dê prioridade à construção de um projeto comum de desenvolvimento.

Antes de iniciar a discussão sobre a integração regional, o Parlamento rejeitou duas sugestões de temas para o debate político: a situação da liberdade de imprensa na Venezuela e a disputa entre Uruguai e Argentina a respeito da instalação, no Uruguai, de duas usinas de produção de celulose.

## Parlamentos do Mercosul e Andino poderão se unir

Os parlamentos do Mercosul e Andino poderão unir-se em um espaço parlamentar sul-americano, segundo anunciou o presidente do Parlamento do Mercosul, deputado uruguaio Roberto Conde. O tema começará a ser discutido durante o seminário regional “Alternativas para um Parlamento da União Sul-Americana de Nações (Unasul)”, marcado para 5 de outubro em Cochabamba (Bolívia). Em agosto passado, em Bogotá (Colômbia), Conde e o presidente do Parlamento Andino, Luis Fernando Duque, firmaram carta de intenção em que se comprometem a estimular a “implementação de um espaço parlamentar sul-americano”, que incluiria, além dos países-membros dos dois blocos, o Suriname e a Guiana.

## Marisa Serrano presidirá Comissão de Educação

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) será a presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlamento do Mercosul. Seu nome foi indicado pela delegação brasileira na semana passada, durante sessão do Parlamento em Montevidéu. Ela deverá ser eleita para o cargo na primeira reunião da comissão, ainda sem data marcada. A próxima sessão será em 1º de outubro.

Também foram indicados os deputados Cezar Schirmer (PMDB-RS) para a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários, e José Paulo Toffano (PV-SP) para a presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo.

Apenas duas comissões serão coordenadas de forma permanente pelo Brasil. A terceira – provavelmente a de Desenvolvimento Regional – será presidida por um parlamentar da Venezuela assim que esse país integrar o bloco como membro pleno, o que ainda depende da aprovação do protocolo de adesão pelos Parlamentos do Brasil e do Paraguai. Além do Brasil, o Uruguai também presidirá inicialmente três comissões.



Marisa Serrano pretende debater fundo para a educação fundamental

Marisa Serrano já anunciou que pretende colocar em debate a criação de um fundo especial do bloco destinado a financiar a educação fundamental. Ela solicitou aos integrantes argentinos parecer sobre a proposta. O fundo seria inspirado no mecanismo brasileiro de estímulo à educação básica e no Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Com o objetivo de combater desigualdades regionais, a maior parte desses recursos seria direcionada aos sócios menores do bloco, Paraguai e Uruguai.

Os parlamentares uruguaios também vão analisar propostas de integração cultural já elaboradas pelo Parlamento Cultural do Mercosul (Parcum), presidido pela senadora de 2000 a 2002, quando era deputada federal.

## Como ficou a divisão das comissões entre os países

<b>Brasil</b>	Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes
	Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários
	Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo
<b>Argentina</b>	Assuntos Jurídicos e Institucionais
	Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social
<b>Paraguai</b>	Assuntos Internacionais, Inter-Regionais e de Planejamento Estratégico
	Orçamento e Assuntos Internos
<b>Uruguai</b>	Cidadania e Direitos Humanos
	Assuntos Interiores, Segurança e Defesa
	Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos e Agricultura, Pecuária e Pesca

Fonte: Agência Senado

## Mesquita Júnior quer levar debate sobre o Mercosul a todo o país

A legitimidade do Mercosul só será plena, na opinião do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), quando a sociedade brasileira tiver maior conhecimento do processo de integração com os países vizinhos. Eleito recentemente presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, ele pretende estimular o debate sobre o tema em todo o país, conforme revelou em entrevista à Agência Senado.

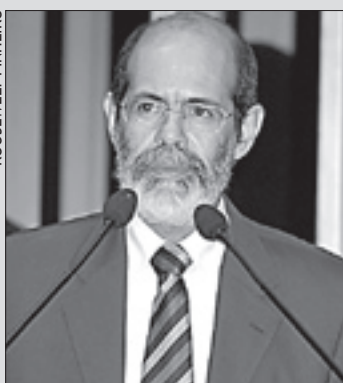
### O que a Representação Brasileira pode fazer para ajudar a consolidar o Mercosul?

A criação da Representação

Brasileira significa primeiro a simplificação do processo de tramitação de matérias de interesse do Brasil no âmbito do Mercosul. Antes, essas matérias tramitavam em diversas comissões e agora tramitarão ordinariamente na nossa comissão e, excepcionalmente, em outras.

### De que forma pode ser feita essa abertura?

O Parlamento terá mecanismos de consulta popular, como audiências públicas, em que vários temas serão debatidos. Ele pode se transformar em uma caixa de ressonância das sociedades dos países envolvidos e dar um



Mesquita Júnior diz que bloco não se sustenta sem conhecimento da população

foco mais intenso às questões políticas e sociais, sem desprezar o conteúdo econômico.

### O que pode ser feito, no Brasil, para se ampliar o debate a respeito do processo de integração?

Boa parte da população brasileira tem conhecimento do Mercosul. Recentemente, por exemplo, o Conselho do Mercosul aprovou uma majoração de tarifa para importação de calçados. Isso tem um impacto enorme em regiões como o Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, onde indústrias estavam quebrando e empregados sendo demitidos em virtude de uma concorrência desleal. Então, boa parte dos brasileiros tem conhecimento do Mercosul, mas a grande maioria

não tem. Entendo que, a médio e longo prazos, o Mercosul só se sustenta se a população brasileira tomar conhecimento do que ele significa.

### Como chegar a esse ponto?

Nós precisamos botar o pé na estrada, conversar com empresários, com trabalhadores, com a sociedade organizada, a academia. Em 2010, por exemplo, o Brasil vai eleger deputados do Parlamento do Mercosul pelo voto direto. Como é que vai ser isso? No mundo de hoje, globalizado, blocalizado, sozinhos temos alguma chance? Creio que não.

## COMISSÕES



Lacerda (E) com Heráclito, presidente da CRE; à direita, Crivella, que questionou o delegado sobre situação do Rio de Janeiro, e Tuma, que defendeu indicação

## CRE aprova Paulo Lacerda para a Abin

A indicação do ex-diretor da Polícia Federal Paulo da Costa Lacerda para ocupar o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi aprovada na terça-feira pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) por 15 votos favoráveis e duas abstenções.

Paulo Lacerda sugeriu que, no caso de suspeitas graves de sabotagem e terrorismo, a Abin tenha condições de fazer face a esses desafios excepcionais, inclusive com escutas telefônicas, desde que permitidas pelo Poder Judiciário. Isso representaria a possibilidade de fazer “inteligência estratégica”, disse. Pela legislação em vigor, a agência não tem autorização para realizar escutas, e seria necessário aprovar uma nova lei, explicou.

Lacerda reconheceu que o

Brasil nunca teve ameaças terroristas, mas afirmou que é preciso dotar as estruturas de Estado com mecanismos capazes de enfrentar essa possibilidade. Segundo ele, o 11 de setembro de 2001 revelou falta de coordenação entre os órgãos de segurança nos Estados Unidos. O Brasil não pode esperar que algo aconteça para tomar as providências, argumentou.

O relator, Romeu Tuma (DEM-SP), favorável à indicação, mencionou os cursos de especialização e aperfeiçoamento na área de segurança pública e inteligência, que credenciariam Lacerda para exercer o cargo de diretor da Abin, além da ampla experiência como delegado da Polícia Federal, instituição da qual foi diretor-geral desde 2003 e “onde revelou superlativa competência”.

## Moralidade pública depende de vigilância

No debate com Paulo Lacerda, vários senadores questionaram o ex-diretor da PF sobre como a Abin pode combater a corrupção. Lacerda prometeu que, à frente da agência, vai levantar a bandeira da moralidade, mas advertiu que essa deve ser a bandeira de toda a sociedade e não apenas de um órgão. Somente a vigilância de todos vai garantir avanços no combate à corrupção, disse.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) perguntou o que a agência poderia fazer para ajudar o Rio de Janeiro, que tem 700 comunidades sob controle do tráfico de drogas. Lacerda respondeu que cabe aos setores de inteligência das polícias Civil e Militar, com apoio da PF, combater essa situação com melhor entrosamento e organização. “Essa tarefa não cabe à Abin, pois, quem quer fazer tudo, acaba não fazendo nada”, declarou.

Crivella ainda questionou Lacerda sobre as indicações políticas para a Abin e as dificuldades corporativistas decorrentes. Ele explicou que o ministro Jorge

Armando Felix, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, lhe assegurou ampla liberdade de ação.

– Vou privilegiar os técnicos da carreira. Na Polícia Federal tive pressões, mas não transigi com as indicações políticas. Na Abin será a mesma coisa. Somos todos servidores públicos, ganhamos do governo para servir à nação, não somos donos de cargos. Vou motivá-los para fazer um trabalho de qualidade – disse.

Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber o que a agência e os órgãos de segurança e repressão em geral poderiam fazer para diminuir a corrupção. De acordo com Lacerda, em sua gestão, a PF mudou sua metodologia de trabalho, dando mais importância às atividades de inteligência e valorizando as ações dos órgãos de controle tais como o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União.

– O combate à corrupção deve começar com o “corte na própria carne”. Para o funcionário público, ser honesto é pouco, pois precisa estar vigilante no combate ao ilícito e à corrupção, especialmente se eles estiverem ao seu lado – afirmou.

Ao elogiar a “faxina sem precedentes” que Lacerda fez na PF, Serys Slhessarenko (PT-MT) questionou se será possível fazer o mesmo na Abin, para modernizar o órgão e melhorar o serviço de inteligência. Lacerda prometeu investir na capacitação dos funcionários e melhoria dos equipamentos, para aumentar a eficiência da agência.

Para o presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), a principal função da Abin deveria ser a de proteger a figura do presidente da República, para alertá-lo sobre indicações inadequadas para cargos no governo, “o que não vem acontecendo”.

**Delegado disse que vai privilegiar técnicos de carreira**

## Comissão faz simpósio sobre Amazônia

A Subcomissão da Amazônia vai participar do simpósio “Amazônia no Século 21”, de acordo com requerimento de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) aprovado na terça-feira. Para o senador, a Amazônia está no centro das discussões sobre mudanças climáticas e é motivo de preocupação mundial, mas a população local deve ser incluída no debate.

O evento, ainda neste ano, é uma realização conjunta da CRE e da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da

Câmara dos Deputados, com a participação de representantes da comunidade acadêmico-científica e de parlamentares.

Paralelamente, haverá uma mostra de produtos industriais, artesanais e culturais da região. Mozarildo representará a subcomissão no evento.

O senador solicitou ainda que a CRE designe um parlamentar para acompanhar operação da Polícia Federal na reserva indígena Raposa Serra do Sol (RR). O objetivo da operação seria a retirada de produtores de arroz da área, justificou.

Outra decisão da comissão foi a de pedir esclarecimentos ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a respeito de constrangimento por que teria passado o senador belga Jacques Brotchi. Segundo Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), autor do pedido, o parlamentar belga foi isolado por mais de 45 minutos numa sala com policiais, apesar de ter apresentado os documentos solicitados. Brotchi tem passaporte diplomático e é professor de Neurocirurgia da Universidade de Bruxelas.

## Invasão de espaço aéreo preocupa senadores

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou dois requerimentos de informações dirigidos aos ministros da Defesa, Nelson Jobim, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, além de um outro, que convida o comandante militar da Amazônia, Raimundo Nonato de Cerqueira Filho, com o objetivo de esclarecer denúncias de sobrevôos ilegais de aeronaves venezuelanas sobre terras indígenas de Roraima. Os requerimentos são de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Face à gravidade das denúncias, o presidente da CRE, Heráclito Fortes, decidiu enviar uma comissão de três senadores para uma entrevista imediata com Nelson Jobim. Mozarildo mencionou notícias de que helicópteros e outras aeronaves venezuelanas teriam sobrevoado ilegalmente Roraima, no dia 8 de agosto.

## Parlamentares apuram trabalho escravo no Pará

A comissão externa criada para investigar denúncia de trabalho escravo apresentada pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério do Trabalho vai viajar nesta quinta-feira para o município de Ulianópolis, no Pará. A denúncia surgiu a partir de fiscalização sobre o contrato de trabalho de 1.180 empregados na empresa Pará Pastoral e Agrícola S/A (Pagrisa).

A comissão foi instalada na última terça-feira e elegeu os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) para presidente e Sibá Machado (PT-AC) para vice. Como relatora, foi eleita Kátia Abreu (DEM-TO).

Compõem ainda a comissão Romeu Tuma (DEM-SP), José Nery (PSOL-PA), Mário Couto (PSDB-PA), Mão Santa (PMDB-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Paulo Paim (PT-RS), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Patrícia Saboya (PSB-CE).

## Brasil ratifica acordo sobre astrofísica

O acordo pelo qual o Brasil passou a integrar a Rede Internacional de Centros para Astrofísica Relativística (Icranet), sediada em Pescara, na Itália, foi ratificado pela Comissão de Relações Exteriores. O ingresso havia sido recomendado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e permitirá a realização de pesquisas conjuntas em áreas como

astrofísica de alta energia, física teórica e física matemática.

Aprovado pela Câmara dos Deputados em julho passado, o projeto de decreto legislativo (PDS 202/07) ainda será votado no Plenário. O acordo foi assinado pelo governo brasileiro em setembro de 2005. A Constituição determina que os atos internacionais têm de ser aprovados

pelo Congresso.

A expectativa é que, com a sua aprovação, universidades e centros de pesquisas possam se associar livremente à rede e que também haja intercâmbio entre pesquisadores e estudantes de pós-graduação. Segundo o governo, a ratificação do acordo não significa apoio financeiro ao Icranet.

## COMISSÕES



Cristovam Buarque (E) preside audiência com representantes de estudantes, dos empresários artísticos e dos produtores de teatro

## Meia-entrada é alvo de fraude

O senador Flávio Arns (PT-PR) propôs à Comissão de Educação que acione a Polícia Federal para investigar denúncias de falsificação de carteiras de estudantes no Brasil. Para Arns, ficou claro durante o debate sobre o direito à meia-entrada em espetáculos artísticos, culturais e esportivos que o crime de fraude é organizado

nacionalmente e por isso torna-se necessária a participação da Polícia Federal.

A discussão foi promovida por iniciativa dos senadores Flávio Arns e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autores do projeto que propõe regulamentação federal sobre descontos para ingresso em espetáculos (PLS 186/07). As denúncias de falsificação foram feitas na reunião conjunta com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social pela presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lúcia Kluck Stumpf, e pelo presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas, Ricardo Leite, além de outros participantes da reunião.

Segundo Leite, a meia-entrada chega a representar 90% dos ingressos vendidos em cidades como Salvador, por exemplo. A origem desse tipo de situação foi, de acordo com ele, a Medida Provisória 2.208/01, proposta pelo

então ministro da Educação, Paulo Renato Souza (hoje deputado federal), que permitiu aos estudantes apresentar carteiras emitidas pelos próprios estabelecimentos de ensino.

No Rio de Janeiro, citou Ricardo Leite, o grupo Severiano Ribeiro vendia com desconto de meia-entrada 13,8% do total dos ingressos em 1997, número que chegou a 61% após a edição da MP. Em Goiânia, o número de meia-entrada chegou a 80% do público, disse Leite.

– Nunca se emitiram tantas carteiras de identidade estudantil irregulares – criticou.

A representante da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro, Bianca de Felippes, citou como exemplo o caso do Teatro Leblon, onde a ocupação de algumas salas por portadores da carteira estudantil chega a 90%.

– Chegou a um nível que o Teatro Leblon teve um prejuízo de R\$ 500 mil, enquanto uma empresa vendeu 100 mil carteiras de estudante e teve um lucro

de R\$ 3 milhões – exemplificou Bianca.

O presidente da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos, Ricardo Chantilly, afirmou que, de fato, hoje ninguém paga meia-entrada porque, para cobrir os custos dos espetáculos, o preço dos ingressos é dobrado.

– Nós produtores estamos vendo nosso público voar, pois o cidadão que não tem carteira paga dobrado – argumentou.

Chantilly explicou que, quando se faz um planejamento já sabendo que 90% do público vai pagar meia-entrada, dobra-se o preço do ingresso. Por isso, segundo ele, ninguém tem desconto algum.

Na avaliação do representante dos idosos, João Batista de Medeiros, é necessário manter a garantia do acesso do idoso à cultura e ao lazer com os descontos atualmente previstos no Estatuto do Idoso. O projeto de Arns e Azeredo já mantém essa garantia, estendida também às pessoas com deficiência.

**Produtores dobram o preço do ingresso para cobrir custos**



Público com carteira de estudante nos cinemas representa 90% dos ingressos vendidos, diz Ricardo Leite

## Projeto define percentual para estudantes e idosos

A proposta dos senadores Flávio Arns e Eduardo Azeredo que regulamenta os descontos para ingresso em espetáculos artísticos, culturais e esportivos cria normas para que a emissão das carteiras estudantis seja feita por um órgão

oficial e define um percentual de descontos para estudantes e idosos.

A proposição (PLS 186/07) definirá também variações de descontos para diferentes dias da semana, como ocorre em Porto Alegre, onde vigora a

lei proposta pela então vereadora e atual deputada federal Manuela D'Ávila (PCdoB-RS). A lei garante aos estudantes desconto de 10% nos finais de semana e feriados e de 50% nos demais dias da semana. Assim, enquanto o valor do ingresso "inteiro" no fim de semana, das empresas cinematográficas Cinemark e Unibanco Arteplex, em todo o país oscila entre R\$ 16 e R\$ 17, em Porto Alegre o preço é de R\$ 13.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que o desconto seja ampliado também para os professores, mas Paulo Duque (PMDB-RJ) discordou da proposta e disse que os professores deveriam certas vezes presentear alguns dos melhores alunos com um

ingresso para o teatro.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que é necessário fiscalizar a emissão de carteiras de estudantes. Ela também considerou

**Em Porto Alegre, descontos diferenciados reduzem preços nos cinemas**

imprescindível discutir os descontos hoje obtidos por profissionais que usam uma carteira de estudante apenas porque fazem um curso de

inglês ou de espanhol.

Por sua vez, o presidente da Comissão de Educação, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), lembrou que milhões de jovens que estão fora da escola no Brasil não têm esse privilégio de ter desconto para ir ao cinema ou ao teatro. Ele defendeu mais investimentos para oferecer educação e cultura para todos.

## CAS aprova emprego estável a conselheiros fiscais de sindicatos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na semana passada, em decisão terminativa, projeto de lei que amplia, entre os dirigentes sindicais, o número de beneficiários do direito à estabilidade no emprego. A proposta dá estabilidade aos membros do conselho fiscal de entidade sindical ou associação profissional, desde o registro da candidatura até um ano após o final de seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente.

Ao defender seu projeto (PLS 177/07), o senador Paulo Paim (PT-RS) relatou ter recebido inúmeras manifestações de organizações sindicais do país com denúncias de demissão de representantes dos conselhos fiscais dos sindicatos.

Paim também contestou nota técnica do Ministério do Trabalho que atesta que os membros do conselho fiscal não representam, politicamente, os empregados sindicalizados, e portanto não teriam direito à proteção da estabilidade no emprego.

– Estou certo de que essa nota não expressa a posição do ministro Carlos Lupi e muito menos do presidente Lula, um ex-dirigente sindical, como eu. A estabilidade de um dirigente não representa privilégio, mas um instrumento indispensável ao livre cumprimento de suas funções – disse.

## Direitos autorais sobre trilhas de filme serão tema de debate

A Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social irão discutir os direitos autorais nas áreas de cinema e música e a atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

O tema principal é a polêmica em torno dos direitos sobre as trilhas sonoras de filmes, segundo os três senadores – Flávio Arns (PT-PR), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Raimundo Colombo (DEM-SC) – que propuseram a audiência.

## CDH discutirá violência contra crianças, jovens e adolescentes

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou requerimentos para realização de quatro audiências. Serão temas de debate a violência contra a criança, o adolescente e o jovem; a proteção do trabalho do idoso; e a importância das relações dos povos africanos com o Brasil, por sugestão do senador Paulo Paim (PT-RS); e o projeto de lei que define os crimes de discriminação por gênero, sexo, orientação sexual, por iniciativa da senadora Serys Slhessarenko (PT-MS).



Proposta dos senadores Eduardo Azeredo (E) e Flávio Arns cria normas para que órgão oficial seja emissor de carteiras





## COMISSÕES

# Ex-diretor da Infraero nega acusações

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo na terça-feira passada, o ex-superintendente de planejamento e gestão da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) Fernando Brendaglia de Almeida negou acusações de irregularidades na compra de um programa de gerenciamento de publicidade.

Brendaglia, que também foi diretor comercial da Infraero, apresentou à CPI um *habeas corpus*, concedido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Grau, garantindo a ele o direito de permanecer calado. No entanto, respondeu as perguntas feitas pelos senadores. Ele foi um dos responsáveis pela contratação, pela estatal, de *software* para gerenciamento de publicidade nos aeroportos, por R\$ 26 milhões. De acordo com o relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), o serviço poderia ter sido feito por apenas R\$ 3 milhões.

O depoente contou que foi diretor comercial por dois anos e meio e se desligou da companhia há 15 dias, quando ainda era o superintendente de planejamento e gestão. Disse que foi levado à empresa pelo ex-presidente do órgão e atual deputado federal Carlos Wilson (PT-PE), de quem



O relator da CPI, Demostenes (E), e o presidente, Tião Viana, ouvem Fernando Brendaglia (D) sobre irregularidades na compra de *software*

“é amigo”. Brendaglia informou que contratou junto à empresa FS3 o uso do sistema Advantage V2 para gerenciar a publicidade em 65 aeroportos e assim organizar melhor a oferta de espaço comercial.

Segundo o ex-diretor, antes da instalação desse sistema, a Infraero vendia espaço de mídia aeroportuária por preços abaixo do que poderia conseguir. O preço dos

anúncios, explicou, era cobrado por metro quadrado e não pela audiência, como geralmente esse tipo de espaço é comercializado. Ele disse ainda que, no modelo anterior, a venda dos espaços publicitários nos aeroportos não era licitada e havia “a impressão de que ocorria favorecimento de algumas empresas”.

Brendaglia declarou que houve “muita reação contrária” à ins-

talação do *software* de gerenciamento de publicidade por parte da Associação Brasileira de Mídia Aeroportuária, que representa as empresas que exploravam esse setor antes da instalação do novo sistema. A implantação do Advantage V2, continuou, traria transparência e igualdade de oportunidade a todas as empresas que quisessem adquirir espaço de mídia na Infraero, uma vez que o novo sistema disponibilizava publicamente na internet dados para compra de espaço publicitário nos aeroportos.

O uso do sistema foi suspenso e o Advantage V2 não está sendo usado atualmente. O ex-diretor garantiu que, antes da implantação do novo programa, os aeroportos arrecadavam cerca de R\$ 30 milhões por ano com publicidade e, com o novo sistema, chegariam à arrecadação de R\$ 100 milhões. Brendaglia afirmou ter dispensado a licitação para a compra do *software* porque um documento da Associação das Empresas Brasileiras de Softwares certificou que não havia outros programas semelhantes no mercado.

**Segundo relator, programa poderia ter custado R\$ 23 milhões a menos**

## Servidora diz que houve troca de nomes

A ex-superintendente de relações comerciais da Infraero Márcia Chaves alegou, em depoimento à CPI do Apagão Aéreo, que responde a processo administrativo em decorrência de um “erro material”, ocorrido na inclusão de seu nome em laudo elaborado por peritos da estatal. Segundo ela, a responsabilidade pela suposta retenção de documentos relacionados à compra de

um *software* da FS3 Comunicação e Sistema por R\$ 26 milhões seria cabível à gerente de licitações da empresa, Maria do Socorro.

Questionada sobre as causas de um acréscimo tão pequeno de receita – apenas 5% – no faturamento com venda de espaços publicitários após a implantação do *software* Advantage V2, Márcia Chaves atribuiu o prejuízo à existência de muitas áreas fechadas

nos aeroportos em virtude da execução de obras.

Mariângela Russo, outra servidora da Infraero acusada de fraudar o processo de aquisição do *software* de gerenciamento de publicidade, também negou ter recebido qualquer espécie de benefício. Mas admitiu ter recebido ligações da empresária Sílvia Pfeiffer para tratar de negociação de espaço publicitário.

## CPI ouve nesta terça mais três denunciados por fraudes

A CPI do Apagão Aéreo realiza oitavas, nesta terça-feira, às 11h, de ex-servidores da Infraero acusados de fraudar licitações na estatal.

Estão previstos os depoimentos do ex-diretor de administração do órgão Marco Antônio Marques de Oliveira; da ex-diretora de engenharia Eleuza Terezinha Manzo-

ni; e do ex-diretor comercial José Wellington Moura.

Marco Antônio é investigado por autorização de um contrato irregular no aeroporto de Brasília; Eleuza Terezinha é alvo de ação do Ministério Público de São Paulo; José Wellington Moura foi afastado por recomendação da Controladoria Geral da União.

## Debate sobre regras para telemarketing

Representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), do Ministério da Justiça e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) serão convidados a debater a regulamentação das atividades de telemarketing na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).



Por sugestão de Crivella, comissão discutirá o sistema de rádio digital no país

A decisão foi tomada pela comissão na quarta-feira passada, ao aprovar requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES). Ele sustentou que o assunto é objeto de dois projetos que tramitam atualmente no Senado (PLS 243/04 e 123/07).

A CCT aprovou ainda pedido de Wellington Salgado (PMDB-MG) para discutir em audiência pública a veicula-

ção compulsória do programa *A Voz do Brasil*, e outro de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que solicita um debate sobre a possível adoção de uma nova tecnologia para o rádio digital. Wellington e Crivella são, respectivamente, presidente e vice-presidente da CCT.

A comissão aceitou ainda 28 permissões ou autorizações para funcionamento de emissores de rádio e de televisão.

## Miguel Jorge explica critérios para ZPEs

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, deverá comparecer à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para explicar como o governo pretende adotar critérios para a criação e implementação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) em todo o país. A decisão foi tomada na quinta-feira da semana passada pela CDR. A data da reunião ainda será marcada.

A ideia de convidar o ministro, aceita por todos os membros da CDR, partiu da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que preside o colegiado. Para ela, a vinda do ministro é de vital importância, já que, conforme observou, está em fase final de elaboração naquele ministério medida provisória que disciplina a criação de ZPEs, a ser enviada possivelmente ainda neste segundo semestre ao Congresso Nacional.

A realização de audiência pública com o ministro Miguel

Jorge foi sugerida durante aprovação de ZPEs nos municípios de Boa Vista, capital de Roraima; Barra do Garças, em Mato Grosso; e Florianópolis, no Piauí.

As ZPEs, comuns na maioria dos países, são distritos industriais criados para a instalação de empresas voltadas essencialmente para o mercado externo, que operam em regime fiscal, cambial e administrativo diferenciado em relação às demais empresas do país.

Os projetos que criam as respectivas ZPEs – PLS 397, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR); PLS 415, do senador Jayme Campos (DEM-MT); e PLS 380, do senador João Vicente Claudino (PTB-PI), todos de 2007 – seguem agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), apesar de defender a criação de zonas de processamento de exportação como

fonte de desenvolvimento econômico, advertiu que não basta propor novas ZPEs no país, sendo necessário também definir políticas efetivas para que os pólos sejam implementados.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) concordou com as colocações de Marisa Serrano, observando que a agilização e a implementação

das ZPEs dependem de uma decisão política do governo. Já Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que a aprovação de projetos criantes de ZPEs é uma forma de pressionar o governo no sentido de que remeta logo ao Congresso a medida provisória disciplinando a matéria.

Na mesma reunião, a CDR aprovou requerimento da senadora Lúcia Vânia propondo a realização de audiência pública para discutir o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). A data ainda será definida.

**Governo enviará ao Congresso MP para disciplinar criação dos pólos industriais**

**CRISE AÉREA** Projeto de lei aprovado na CCJ se assemelha a minuta de resolução que a Anac pretende publicar



FABIO POZZEBOM/ABR

Fila de *check-in* no aeroporto de Brasília: por causa do *overbooking*, nem mesmo passagem paga e reserva confirmada podem garantir o embarque do passageiro

## Senado, Anac e MP buscam soluções para coibir *overbooking*

O passageiro chega ao aeroporto, com a passagem marcada e no horário. Ao se apresentar para o *check-in*, no balcão de embarque, é informado de que não pode viajar. Seu assento já foi ocupado por outra pessoa. A situação, tristemente comum nos aeroportos brasileiros, é decorrência de uma prática adotada pelas companhias aéreas chamada *overbooking*. Apesar de tão corriqueira, não existe na legislação regra prevendo as compensações que devem ser dadas ao consumidor prejudicado.

Disposto a corrigir essa lacuna,

um projeto de lei que estabelece, entre outras compensações, uma indenização financeira mínima foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na semana passada (veja manchete da próxima página).

O projeto tenta harmonizar o conflito de direito que existe entre as normas legais brasileiras e as convenções internacionais sobre aviação civil, das quais o país é signatário. Na discussão sobre reparações por *overbooking*, entram em choque, por exemplo, o Código de Defesa do Consumidor e a Convenção de Varsóvia, que rege a aviação civil no mundo.

A proposta é criticada pelas empresas aéreas e alguns especialistas por atacar o problema, mas não a sua origem. Na visão das companhias, o mau hábito dos brasileiros de não cancelar reservas em vôos que não vão fazer leva os aviões a decola-

rem com poltronas vazias em excesso. Para se protegerem dos prejuízos, as empresas adotam o *overbooking*. O efeito colateral é o embarque recusado e o passageiro barrado no *check-in*.

No outro lado, estudos publicados na revista da Associação Brasileira de Direito Aeronáutico apontam que muitas empresas foram além do propósito original do *overbooking* de funcionar como medida protetora contra o *no-show*: passaram a usá-lo também para aumentar o aproveitamento econômico da aeronave, não apenas em relação aos assentos ocupados, mas para priorizar as passagens cuja tarifa contribuiu para gerar melhor lucratividade.

Há sete anos, por iniciativa do Ministério Público de São Paulo, as empresas firmaram compromisso que já previa reparações aos passageiros que não conseguissem embarcar, mesmo com passagem comprada e reserva confirmada. No mês passado, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) encerrou consulta pública sobre uma minuta de resolução que também pretende normatizar a questão. Mas as conclusões ainda não foram divulgadas.

## Resolução prevê até R\$ 1.200 ao passageiro

A Anac prepara a publicação de uma resolução visando definir regras claras para os casos de *overbooking*. E, a julgar pela minuta da proposta, submetida a consulta pública até julho, as medidas se assemelham às adotadas nos Estados Unidos e na Europa, assim como às exigências fixadas em termo de compromisso assinado em 2000 pelas companhias aéreas que operam no país. A compensação sugerida pela agência pode chegar a R\$ 1.200.

As empresas serão obrigadas, antes de negar embarque, a oferecer as alternativas de compensação. A partir desse estágio, os passageiros passam a se dividir entre voluntários e involuntários. Os primeiros são os que aceitam deixar de viajar, rece-

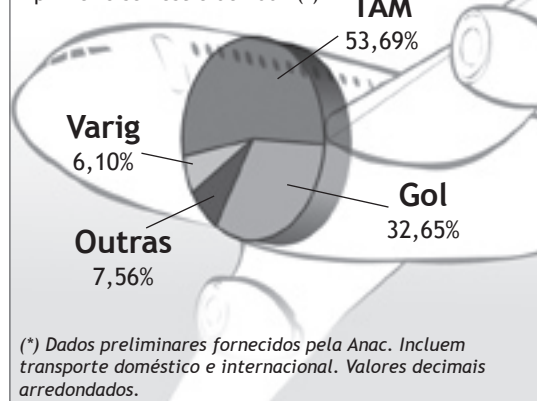
bendo como reparação uma das quatro alternativas: devolução do dinheiro, outro bilhete aéreo, *upgrade* de classe ou crédito no excesso de bagagem. Correrão por conta da empresa, e não incluídas no valor da compensação, as despesas dos passageiros, voluntários ou não, com refeição, transporte do e para o aeroporto, acomodação e telefonemas.

Já os involuntários, além de poderem escolher entre receber o reembolso pela passagem, viajar em outro vôo no mesmo dia ou remarcar-lo, terão compensações em dinheiro, a serem pagas no ato, que variam conforme a situação (veja tabela abaixo).

O **Jornal do Senado** procurou a Anac para detalhar as medidas, mas a agência não retornou até o fechamento desta edição.

### As três grandes

Passageiros transportados no primeiro semestre de 2007 (\*)



(\*) Dados preliminares fornecidos pela Anac. Incluem transporte doméstico e internacional. Valores decimais arredondados.

### Pequeno dicionário

**Check-in:** do inglês “confirmar”. Ato de comparecer ao balcão da companhia aérea, no aeroporto, para confirmar viagem e receber seu cartão de embarque.

**Overbooking:** do inglês “reservas excessivas”. Prática adotada pelas empresas aéreas de aceitarem mais reservas do que os assentos disponíveis em determinado vôo. Por exemplo, aceitar 180 reservas para um Boeing 737 cuja capacidade é de 132 assentos.

**Denied boarding:** do inglês “embarque negado”. É a consequência mais nefasta, do ponto de vista do consumidor, do *overbooking*. Um passageiro, com reserva confirmada e presente ao *check-in* no momento do vôo, tem seu embarque negado devido à falta de assentos disponíveis na aeronave.

**No-show:** do inglês “não aparecer”. É aquele passageiro que não comparece ao embarque, mesmo após ter confirmado sua reserva, inviabilizando a confirmação e o uso do assento por outro. Pode ser um ato intencional, negligente ou inevitável.

### Critérios e valores das compensações

A proposta da Anac foi submetida a consulta pública, mas os resultados ainda não foram divulgados

Extensão do vôo / tempo de atraso	Valor
Até 1.100 Km / até duas horas	R\$ 300
Até 1.100 Km / acima de duas horas	R\$ 600
De 1.100 a 2.200 Km / até três horas	R\$ 450
De 1.100 a 2.200 Km / acima de três horas	R\$ 900
Acima de 2.200 Km / até quatro horas	R\$ 600
Acima de 2.200 Km / acima de quatro horas	R\$ 1.200

Fonte: Anac

## Centro do ITA critica hábito dos passageiros

Publicado há dois anos pelos pesquisadores Renée Baptista Ferraz e Alessandro Vinícius Marques de Oliveira, um documento do Núcleo de Estudos em Competição e Regulação do Transporte Aéreo (Nectar), do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), afirma que o *overbooking* no Brasil, cujos índices são superiores aos praticados por empresas aéreas dos Estados Unidos ou da Europa (veja na página 11), é consequência direta

de uma peculiaridade do mercado local: o fato de que o passageiro brasileiro não tem o hábito de cancelar múltiplas reservas, provocando o aparecimento de um número grande de poltronas vazias nas aeronaves e consequentes prejuízos na operação.

– Torna-se economicamente racional que as empresas procurem se proteger das perdas resultantes adotando mecanismos como o aumento virtual da capacidade

de uma aeronave, ou *overbooking* – defendem os pesquisadores.

O caminho para corrigir tais distorções, diz o documento, passa por restrições ao *no-show*, com benefícios para as empresas aéreas e os próprios usuários.

– A eficiência na alocação de assentos permite que o custo por passageiro transportado seja reduzido, podendo ser repassado em forma de descontos às tarifas das passagens aéreas – sugerem.

CRISE AÉREA Texto votado pela CCJ define, além de reembolso pela passagem, uma indenização em dinheiro

# Projeto de Serys assegura reparação

Apesar de constituir “inadmissível forma de descumprimento do contrato”, o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) não prevê qualquer reparação ao passageiro vítima do excesso de reservas feitas pelas companhias aéreas para um mesmo voo – o chamado *overbooking*. Foi essa realidade que levou a senadora Serys Shessarenko (PT-MT) a apresentar o PLS 114/04, aprovado na semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que estabelece, entre outras compensações, uma indenização financeira mínima, equivalente ao valor da tarifa, em classe econômica, para o trecho aéreo adquirido, e não voado.

– O valor da indenização foi estipulado como equivalente, no mínimo, ao da tarifa econômica para o trecho, sem desconto, para evitar que a preterição recaia sobre os passageiros com bilhetes promocionais. A empresa não é obrigada a oferecer descontos, mas, ao fazê-lo, não pode dar aos clientes beneficiados tratamento desvantajoso – explica Serys.

Pelo texto, a indenização não exige a empresa de garantir ao passageiro prejudicado o direito contratual ao transporte previsto no bilhete aéreo (que equivale a um contrato de prestação de

serviço). Esse direito poderá ser usufruído, a critério do passageiro, em uma de três alternativas definidas pelo projeto: acomodação em voo equivalente para o mesmo destino, no prazo de quatro horas a contar do horário previsto para o embarque; reembolso do valor do bilhete; ou endosso da passagem, para uso em outra companhia aérea.

A senadora explica que o projeto foi apresentado dois anos antes da eclosão da crise do setor aéreo, pois, segundo ela, já eram claros os sinais de que as empresas estavam abusando do artifício do *overbooking* para preservar sua margem de lucro.

– O que antes constituía um recurso de conhecimento quase restrito às comunidades da aeronáutica e do turismo hoje afeta número tão expressivo de pessoas que se tornou tema de domínio público. É um forte indício de que o recurso está sendo adotado abusivamente e as estratégias de *marketing* não são suficientes para circunscrever o problema ao âmbito das empresas.

O projeto segue agora para análise das comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde será votado em decisão terminativa.

## Especialista em Direito Aeronáutico vê equívoco

Para o advogado e professor da Associação Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial Carlos Paiva, o projeto da senadora Serys Shessarenko comete o equívoco de tratar de um efeito, e não do fator gerador. Na sua visão, a “posição maniqueísta” de que a empresa aérea é a causadora do *overbooking* não procede.

– A causa da questão é aquele passageiro que tem passagem das mais caras, que faz diversas reservas para um mesmo trecho e data, comparece a apenas um voo, é claro (isso quando comparece), e nem sequer comunica o cancelamento das demais reservas à transportadora. Este passageiro é que na verdade prejudica os demais. Aliás, as maiores taxas de *overbooking* no Brasil estão

nos voos de e para Brasília – diz o especialista, referindo-se às autoridades que costumam recorrer às múltiplas reservas.

Sobre as indenizações previstas no projeto aprovado pela CCJ, Paiva vê pelo menos uma duplicidade a ser corrigida.

– Pelo texto, o passageiro preterido ganharia um valor correspondente ao trecho em questão (o que consideramos abusivo diante do padrão internacional) e também reembolso daquele mesmo trecho, além de eventuais perdas e danos.

Carlos Paiva alega que o que a empresa aérea quer e precisa é ocupar seus assentos. E lembra que é por esse motivo que quase não existe *overbooking* nos chamados voos *charter*.

## Termo assinado pelas empresas em 2000 fixou compensações

Em vigor há sete anos, um compromisso firmado entre diversos órgãos e as principais companhias aéreas que operam no país (entre elas, TAM, Gol e Varig) já fixava compensação para os passageiros em casos de *overbooking*.

O termo de compromisso foi uma iniciativa da Promotoria de Defesa do Consumidor do Ministério Público de São Paulo, em 2000, renovado em 2002 (por causa de seus resultados) já com a participação do Ministério da Justiça e de órgãos de defesa do consumidor, como o Idec e o Brasilcon.

A compensação aos passageiros que aceitarem não embarcar

é feita por créditos conversíveis em dinheiro, na compra de outro bilhete, em *upgrade* (elevação de categoria da passagem) ou no pagamento de excesso de bagagem.

O crédito compensatório é estabelecido em Direitos Especiais de Saque (DES), uma unidade de valor criada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Na cotação do último dia 5, o valor de cada DES era de US\$ 1,52. O acordo em vigor fixa um limite máximo para as compensações: mínimo de 105 DES (cerca de R\$ 320) para trechos até 1.100 km e pelo menos 175 DES (R\$ 532) para trechos superiores a 1.100 km.



Serys, com os colegas senadores na CCJ: “Overbooking afeta hoje número expressivo de pessoas”

## Indenizações são maiores na Europa

Curiosamente, nos Estados Unidos o *overbooking* é conhecido por outra expressão em inglês: *oversales* (ou seja, vendas em excesso). E lá, devido a uma forte pressão dos consumidores e da mídia, o tema foi regulamentado pelo governo há dez anos, fixando procedimentos e estabelecendo reparações para os passageiros prejudicados.

Em princípio, as empresas norte-americanas que operam voos domésticos ou internacionais ficam obrigadas a oferecer aos passageiros as mesmas alternativas que já existem no Brasil, quando da comunicação do

mo de US\$ 200) se a empresa aérea providenciar transporte alternativo ou similar, desde que programado para chegar ao destino do passageiro, com um atraso máximo de duas horas do previsto originalmente.

Por lei, o transportador aéreo deve fixar regras claras para os casos, inclusive a hipótese de oferecer bilhete aéreo grátis ou a preço reduzido ao invés do pagamento da compensação em dinheiro, desde

que essa alternativa seja aceita voluntariamente pelo passageiro e que o valor da compensação oferecida seja igual ou maior que a compensação em

dinheiro.

Na Comunidade Econômica Européia, embora o Regulamento 295/91 tenha fixado regras relativas a um sistema de compensação por recusa de embarque de passageiros nos transportes aéreos regulares, o número de pessoas aos quais era negado o embarque contra sua vontade continuou muito elevado, assim como o de usuários vítimas de cancelamentos sem aviso prévio e de atrasos

consideráveis. Por isso, em 2004, nova e mais abrangente norma foi editada pelo conselho da CEE.

Os passageiros aos quais seja recusado o embarque – voluntariamente, ou contra sua vontade – podem cancelar os seus voos, com reembolso dos bilhetes, ou prosseguir em condições alternativas satisfatórias, desde que recebam “assistência adequada” enquanto aguardam um voo posterior. A assistência inclui o pagamento de despesas como alimentação, hospedagem e comunicação, entre outros.

Além disso, os passageiros devem receber uma indenização de 250 euros para voos de até 1.500 quilômetros, de 400 euros para voos entre 1.500 e 3.500 km e de 600 euros para todos os voos não abrangidos nos casos anteriores.

Nas novas normas européias, que se aplicam não só aos voos regulares mas também aos *charter* e pacotes (que conjugam bilhetes, hospedagem e outros serviços turísticos), até mesmo os passageiros vítimas de cancelamentos de voos, sem prévia e adequada comunicação, têm direito a indenização.

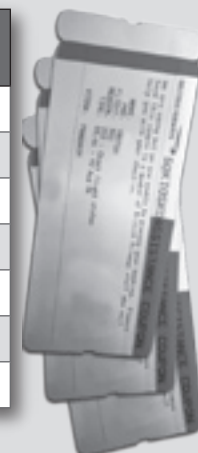
**Reparações na Europa podem chegar a 600 euros - cerca de R\$ 1.560**

## Baixos índices nos EUA (\*)

Entre as maiores empresas norte-americanas, *overbooking* não chega a 0,2 dos passageiros transportados.

Posição no ranking	Companhia aérea	Passageiros embarcados	Embarques negados	%
4	Southwest	49.792.446	47.507	0,09
6	American	43.543.819	48.444	0,11
1	Delta	33.405.147	62.296	0,18
7	United	31.781.817	53.435	0,16
3	US Airways	27.722.223	47.906	0,17
5	Northwest	24.082.246	43.865	0,18
2	Continental	21.229.298	23.386	0,11

(\*) Dados da Federal Aviation Administration (FAA), relativos ao primeiro semestre de 2007.



## PLENÁRIO

## Comitê do governo criará plano de defesa nacional, anuncia Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou a criação de comitê interministerial para elaborar um plano estratégico de defesa nacional do Brasil, que retome o desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas. Compõem o grupo os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria de Ações de Longo Prazo, Roberto Mangabeira Unger, e os três comandantes das Forças Armadas. Conforme Suplicy, a iniciativa foi do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que denominou o projeto de PAC da Defesa. O senador afirmou que recebeu a visita de Mangabeira Unger, para quem o comitê provavelmente apresentará conclusões antes de 7 de setembro de 2008, quando se encerram os trabalhos. Suplicy propôs ao presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Heráclito Fortes (DEM-PI), a realização de audiência pública com os integrantes do comitê quando o plano estiver em fase avançada.

## Marcelo Crivella destaca ação de nova secretaria de planejamento

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) expôs na última quinta-feira os objetivos da recém-criada Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República. Ele salientou que o órgão, dirigido por Mangabeira Unger, ajudará a definir um modelo de desenvolvimento que amplie de oportunidades econômicas e educativas e em participação cívica. A secretaria, explicou, trabalha em uma estratégia que leve o Brasil a posição de liderança mundial; na formulação de projetos para o futuro; e no esforço para provocar no governo e na sociedade engajamento e discussão que forneça lastro para um projeto de governo e de Estado. Os pontos de partida seriam capacitação científica e tecnológica; formulação de política industrial de inclusão; um plano de gestão da Amazônia; revolução na qualidade do ensino público; valorização do trabalho e escalada de produtividade; e estratégia nacional de defesa.

# Para Delcídio, decisão do STF fortalece CPIs

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de acatar a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra os envolvidos no caso do mensalão contribuiu para resgatar a credibilidade das comissões parlamentares de inquérito (CPIs). A avaliação foi feita pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), que presidiu a CPI dos Correios.

– A decisão demonstra que o ciclo de impunidade está morrendo. Embora não contemple condenações, o julgamento inicia o procedimento jurídico que poderá levar a elas, independentemente do prestígio ou poder do indiciado – afirmou.

De acordo com Delcídio, o fato contradiz o ditado segundo o qual “o Brasil é um país de memória curta, em que a novidade de hoje rapidamente encobre o escândalo de ontem, superado pelas manchetes de amanhã”.

– O Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Judiciário brasileiro, acaba de dar um exemplo contundente de que,



O trabalho da CPI dos Correios foi, para seu presidente, Delcídio Amaral, decisivo para fundamentar a denúncia acatada pelo STF

se no passado esse dito traduziu algum tipo de verdade, não tem mais, hoje em dia, credibilidade para descrever nosso futuro. As instituições brasileiras estão mudando. Cabe a nós, governantes e governados, entender e apoiar esse processo – disse, ao afirmar que o trabalho da CPI fundamentou a denúncia formulada pelo procurador-geral da República, Antônio Fernando Souza.

A atuação de Delcídio Ama-

ral na presidência da CPI foi saudada em apertes por vários senadores, entre eles César Borges (DEM-BA), que disputou o cargo e perdeu por apenas um voto. Para ele, Delcídio conduziu as atividades de modo “corajoso, determinado e isento”, embora a comissão, ressalta César Borges, tenha iniciado os trabalhos sob suspeição, uma vez que o governo era contra a investigação do caso.

## Nery mostra carta antitrabalho escravo

O senador José Nery (PSOL-PA) apresentou em Plenário as reivindicações da carta-compromisso elaborada pela Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, ligada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), após as visitas do colegiado ao Maranhão e Pará, estados recordistas em casos de trabalho escravo ou em condições análogas à escravidão.

## Heráclito reclama do descaso do governo com a seca

Heráclito Fortes (DEM-PI) protestou contra o que considera descaso do governo com relação à seca no Piauí. Segundo ele, mais de 60% dos municípios piauienses foram atingidos. – É lamentável a indiferença com que o governo trata o Nordeste, e de maneira injustificável o Piauí – disse. Ele criticou o presidente Lula por ter lançado o governador do Piauí, Wellington Dias, à Presidência da República, assim como fez com o governador da Bahia, Jaques Wagner, e de Sergipe, Marcelo Déda.

A subcomissão esteve em São Luís, Açailândia, Belém e Marabá entre 22 e 25 de agosto. A carta-compromisso, a ser entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos presidentes da Câmara e do Senado, sugere a aprovação da PEC 438/01, que prevê o confisco de terras onde se comprove o uso de mão-de-obra escrava; recursos no orçamento para viabilizar o combate à prática; a criação de agências de

empregos rurais; a implementação de programas de qualificação profissional; e o apoio ao projeto Escravos Nem Pensar, da ONG Repórter Brasil.

O senador elogiou os governadores do Maranhão, Jackson Lago – que criou a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae) – e do Pará, Ana Júlia Carepa, que anunciou a criação de uma Coetrae em seu estado este mês.

## César Borges cobra solução para violência

César Borges (DEM-BA) cobrou providências dos governos federal e da Bahia para acabar com o caos na segurança pública no estado. Segundo ele, só em 2007 foram 2.200 assassinatos, 30% a mais que em 2006. Borges lembrou que o governador Jaques Wagner prometeu soluções para o setor durante a campanha. – Mas o que se vê agora é uma política atônita – criticou.

## José Maranhão lamenta corte de verbas ao Parlatino

José Maranhão (PMDB-PB) lamentou a decisão do governador de São Paulo, José Serra, de cortar as verbas para a manutenção do Parlamento Latino-Americano, o Parlatino, organização permanente e unicameral integrada pelos parlamentos da América Latina eleitos pelo voto direto. – O governador age na contramão da história – disse. Ele comparou o fato a um hipotético fechamento da Organização dos Estados Americanos, que reúne 34 países, com sede nos Estados Unidos.

## Jayme Campos sugere criação de brigada nacional

Notícia da recente queimada que atinge o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães motivou Jayme Campos (DEM-MT) a propor em Plenário a criação da Brigada Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. – É imperdoável que deixemos queimar as nossas riquezas. A brigada poderia seguir o exemplo da Força Nacional de Segurança e seria coordenada pelos ministérios da Defesa e do Meio Ambiente, sugeriu. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou a proposta, relatando que, por falta de recursos adequados, no combate a um grande incêndio, seu estado teve que receber ajuda da Argentina.

## Paim quer fundo para educação profissional

Ao comentar pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e da Organização Internacional do Trabalho tratando de problemas que afetam a juventude, Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 24/05) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundep), de sua autoria. O fundo seria composto com 2% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados e 3% das contribuições para o PIS-Pasep.

## Mozarildo pede reajuste nas tabelas do SUS

Os valores que o governo paga aos médicos pelos serviços prestados nos hospitais conveniados do Sistema Único de Saúde (SUS) foram considerados “uma imoralidade” por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele pediu que o presidente da República e o ministro da Saúde examinem a situação com urgência. – Como é que um médico pode receber apenas R\$ 2 reais por uma consulta? É claro que isso leva a uma situação deprimente – o médico trabalha mal e os pacientes são mal-atendidos. Mozarildo disse ainda que os preços pagos pelo SUS estão sucateando os hospitais.

**ASSOCIAÇÃO DE RORAIMA** - Ao homenagear a Associação Comercial de Roraima (Acir) pelo seu 63º aniversário de implantação, no dia 7 de setembro, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que a Acir teve participação fundamental na implantação, no desenvolvimento, na estruturação e na discussão dos grandes temas de interesse do estado. Ele cumprimentou o presidente da entidade, Francisco Derval da Rocha Furtado. Jucá também registrou a inauguração, no dia 6, da nova sede do Conselho Regional de Medicina (CRM) em Boa Vista e parabenizou os integrantes da entidade.

**VOLUNTÁRIOS CONTRA O CÂNCER** - A importância do trabalho voluntário, realizado por milhões de pessoas em todo o mundo, foi destacado pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que exaltou a obra desenvolvida há 58 anos pela Liga Norte Riograndense contra o Câncer e pelos grupos de Apoio à Criança com Câncer, entre os quais a Casa Durval Paiva de Apoio à Criança com Câncer. A instituição, surgida em 1949, faz um trabalho humanitário dedicado a acolher e tratar pacientes, dar apoio social e minimizar o sofrimento dos pacientes com câncer de todo o Rio Grande do Norte e de estados vizinhos, conforme a senadora.

**SABEDORIA** - O senador Mão Santa (PMDB-PI) convidou os parlamentares a uma reflexão sobre o atual momento vivido pelo Senado Federal, de modo a encontrarem o “caminho do meio, que é o da sabedoria”. – Temos de pensar que a melhor solução para o Senado é a melhor solução para a República, e a República é o povo. A ele nós temos que respeitar – disse. Para Mão Santa, o Senado está seguindo um caminho em que “há um afunilamento” e não está sendo possível, avalia, vislumbrar o “caminho do meio”. – É tempo de pensarmos em alternativas. Temos que ter sabedoria e encontrar o que é melhor para o Senado.

## Voz do Leitor

## CONCURSO PÚBLICO

“Proponho que se elabore uma lei para que as pessoas de baixa renda deixem de pagar inscrição em concursos públicos.”

**Rodolfo Leonardo Silva**  
Brasil, de Ribeira do Pombal (BA)

## EDUCAÇÃO

“Sugiro aos congressistas da base mineira que auxiliem a educação do estado de Minas Gerais.”

**Eduardo Amorim Silva,**  
de Teófilo Otoni (MG)

## APOSENTADOS

“Enquanto os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo aumentam os seus próprios salários, o aposentado, que tanto contribuiu com o seu trabalho e impostos para uma sociedade mais justa e mais humana, ganha uma verdadeira esmola pública, com salários defasados.”

**Ronaldo Rodrigues de Souza,** de São Paulo (SP)

## CONSUMIDORES

“Proponho um projeto de lei que crie a Agência Nacional de Consumidores (Anacon), um órgão representante e regulador dos direitos do consumidor. Ela deveria ter o objetivo de intervir nas negociações tarifárias e mutuárias dos serviços públicos diretos e concessionários perante as demais agências reguladoras, por exemplo, a Anatel, Aneel, Anvisa, Antaq e ANA, e os ministérios das Comunicações, Justiça e Fazenda – além da Receita Federal.”

**Dercy de Sousa Alves,**  
de Bom Sucesso (MG)

## CASO RENAN

“O Senado tem que apurar com bastante transparência

e imparcialidade o caso do presidente Renan Calheiros. Ele deve ser punido se for realmente culpado. Só assim poderá limpar o nome do Congresso Nacional perante a opinião da população brasileira.”

**Marlon Silva de Lima,**  
de Lagoa de Dentro (PB)

## MAIORIDADE PENAL

“Concordo com a senadora Patrícia Saboya quando ela diz que lugar de criança é na escola, mas discordo quando ela diz não ser a favor da redução da maioridade penal.”

**Antônio Salviano Netto,**  
de Caicó (RN)

## CARGOS

“Uma notícia de jornal informou que o presidente Lula, para atender ao PMDB, estaria disposto a nomear políticos para a direção de importantes estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, mesmo antes de definir o nome do novo ministro dessa pasta. Parece uma decisão basicamente errada. Em primeiro lugar, como essas estatais seriam dirigidas por pessoas de quem o ministro a quem se subordinam não tenha participado da escolha? Em segundo lugar, como é que tais empresas poderiam funcionar adequadamente se forem dirigidas por quem não tenha demonstrado ampla capacidade para tal? Se é importante para o país que as estatais operem com eficiência, como isso seria garantido com uma direção totalmente alheia aos seus meandros técnico-econômicos? Finalmente, como explicar honestamente o empenho manifestado pelos políticos em assumir a presidência dessas empresas, cobiçadas pelo alto valor de seus orçamentos de investimento?”

**Roldão Simas Filho,**  
de Brasília (DF)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## Pergunte ao Senador

## GUERRA FISCAL

**Juvênio Leite, de Pirapozinho (SP)**

“O que é possível fazer a respeito da guerra fiscal?”

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:



O tema guerra fiscal vem assumindo importância crescente frente aos benefícios fiscais e financeiros que são concedidos pelos estados às grandes empresas, para que estas se instalem em seus territórios. Para enfrentar a guerra fiscal, prezado Juvênio, acredito que o presidente da República poderia articular uma política nacional a partir de um consenso entre os governadores de forma a atender a todos. Isso porque a guerra fiscal acaba beneficiando apenas os setores privados, por meio de mecanismos fiscais atraentes. O setor público é sempre prejudicado, porque a redução de impostos, feita pelos estados que estão competindo, faz com que o setor público arrecade menos, prejudicando, em muitos casos, os programas de desenvolvimento regional. Por se tratar de uma situação complexa, acredito ser fundamental o envolvimento do presidente da República para que se aprove uma legislação sobre o assunto. A situação atual já vem de muito tempo: os estados praticam a guerra fiscal para obter mais investimentos, e não há como condená-los. Com isso vem a exacerbação de práticas competitivas – e não cooperativas – entre os estados.

## Agora é lei

## O instituto da preservação

Já está em vigor desde o dia 28 de agosto a Lei 11.516/07, que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Caberá ao órgão executar a política nacional de unidades de conservação da natureza que envolve a criação e implantação de novas áreas protegidas; e a gestão, proteção, fiscalização e monitoramento dessas unidades instituídas pela União. A mesma lei delimita as atribuições do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que, a partir de agora, vai executar as ações das políticas nacionais de meio ambiente referentes ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais, à fiscalização, ao monitoramento e ao controle ambiental. Para viabilizar o Instituto Chico Mendes, o governo retirou algumas atribuições do Ibama e montou uma estrutura para dar apoio aos programas que ficarão a cargo da nova instituição. O Instituto Chico Mendes será administrado por um presidente e quatro diretores. Foram criados, no âmbito do Poder Executivo, 157 cargos. As atividades transferidas para o instituto são: a execução das políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis; o apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável; o fomento e a execução de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental. O órgão terá poder de polícia dentro das unidades de conservação. As atividades de recreação, de uso público e de ecoturismo nessas áreas, se permitidas, também serão administradas pelo novo órgão.

## Frases

“Quero crer que o Senado vá dar o exemplo num processo interno que julga seu próprio presidente”

**Renato Casagrande,** relator, junto com Marisa Serrano, do parecer pela cassação do mandato de Renan Calheiros.

“Fui eleito para cumprir um mandato de dois anos. Só a decisão do Plenário encurtará esse mandato. Estou convicto de minha inocência. Nós vamos ganhar porque a verdade sempre ganha”

**Renan Calheiros,** ao reiterar que não pretende renunciar à Presidência do Senado.

“Habemus papam? Tudo secreto? Só falta sair fumacinha branca do Plenário”

**Delcídio Amaral,** comparando a votação secreta do caso Renan no Plenário com processo de escolha do Papa.

“Contra tudo isso, digo não! Preservar o Senado é defender a essência do que somos como nação”

**Tião Viana,** criticando proposta de extinção do Senado feita pelo presidente do PT, Ricardo Berzoini.

“Eu não sei se entre as prerrogativas do ministro da Defesa está a interferência em outro Poder, no caso, o Legislativo”

**Marcelo Crivella,** rechaçando cobrança do ministro da Defesa para que o Senado apresse uma solução para o caso Renan.

“A pressa do governo não se justifica. É preciso que se faça uma discussão sensata para saber quais são os objetivos do governo. Essa prorrogação é inaceitável. O imposto já cumpriu seu ciclo”

**Heráclito Fortes,** criticando a disposição do governo de votar logo a prorrogação da CPMF.

“Estamos discutindo o perfil tributário para o novo presidente da República. Tem partido que pode chutar o pau da barraca, como o DEM e o PSOL, mas tem partido que não pode fazer isso porque tem chances eleitorais”

**Romero Jucá,** criticando os partidos de oposição que se colocam contra a CPMF.

## Foto da Semana

Na sessão plenária de terça-feira, senadores ouvem atentamente o pronunciamento do presidente da Casa, Renan Calheiros. Em discurso da tribuna, ele apresentou denúncias contra a Editora Abril, proprietária da revista *Veja*, que vem divulgando acusações contra ele. Relatório que pede cassação do mandato do presidente será votado nesta quarta-feira



GERALDO MAGELA

## Programa da Rádio Senado debate regras para estágio

O programa *Conexão Senado*, que a Rádio Senado leva ao ar às 12h desta segunda-feira, debaterá o projeto de lei que atualiza as regras de estágio. A proposta está na pauta de votação do Plenário, após ter sido aprovada pelas comissões de Educação e de Assuntos Sociais.

Pelo texto, estudantes com mais de 17 anos poderão participar de estágios de até 30 horas semanais. Estão incluídos alunos de cursos profissionalizantes, ensino superior, ensino médio, ensino especial e, ainda, os que cursam os últimos anos do ensino fundamental e os que participam de programas de educação de jovens e adultos. A regulamentação prevê, inclusive, o estágio de estrangeiros matriculados em instituições de ensino no Brasil.

A mudança poderá afetar cerca de 1 milhão de estagiários e mais 10 milhões de estudantes que aguardam uma oportunidade de estágio. Os convidados do *Conexão Senado* vão discutir questões como o aperfeiçoamento da formação profissional dos estudantes, o uso dos futuros profissionais como mão-de-obra barata, os direitos e deveres de empresas e estagiários, o limite de carga horária e o valor da bolsa de estágio.

# Viagem pelo país numa ótica gastronômica

A TV Senado exibe a partir deste sábado, dia 15, às 15h30 (com reprises no domingo, às 15h30 e às 21h), a série *Mesa Brasileira*, com dez episódios. Ela nasceu da idéia de contar a história do Brasil de maneira diferente. Percorrendo o país de norte a sul, registrando como se alimenta o brasileiro, o que come e os processos que usa para preparar e temperar os seus pratos, a proposta é traçar um painel extremamente revelador das nossas origens e da nossa cultura. Realizando uma arqueologia da cozinha brasileira, radicalmente diferente de estado para estado, de região para região, é possível captar uma faceta originalíssima do país.

Do vatapá ao churrasco, do pato no tucupi ao feijão tropeiro, o Brasil possui uma comida

muito rica, que reflete nos seus pratos típicos a contribuição dos povos que participaram da sua formação e os ciclos econômicos que o plasmaram. Partindo desse dado de cultura, projeta-se a história social da nação brasileira.

O projeto inspirou-se especialmente na obra *A história da alimentação no Brasil*, de Luís da Câmara Cascudo, e em diversos autores como: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Edson Carneiro, Arthur Ramos, Nina Rodrigues, Nunes Pereira, Antônio Olinto, Mário de Andrade, Roger Bastide, Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro, Silva Melo, Josué de Castro, Fidelino Figueiredo e tantos outros.

O primeiro programa da série viaja pelo Brasil e Portugal. Desvenda o mercado, que no mundo português origina o nome dos dias da semana: os dias de mercado, de feira. Imagens e entrevistas vão desvendando os mercados.

O que é alimento? O que é comida? O que é cozinha? E o Brasil? E a alimentação? Os nossos hábitos alimentares. Em casa e nas ruas.

Bares, restaurantes, *fast-foods*... Qual a origem dos nossos hábitos alimentares? O propósito central deste primeiro capítulo é introduzir o espectador em conceitos e idéias relativos à gastronomia nacional, entremetendo pensamentos, imagens e história.

**Inspiração está na obra de autores como Câmara Cascudo e Gilberto Freyre**

## Música do Brasil traz o acordeão brasileiro

O acordeão brasileiro do século 21 dará o tom do programa *Música do Brasil* deste sábado, às 16h (com reprises no domingo, às 11h, e na quarta-feira, às 23h), pela Rádio Senado.

Foram incluídas na programação composições de grandes nomes do instrumento e também versões para o acordeão de clássicos da música brasileira.

Ouçã *De Altamira a Campi-*

*na Grande*, de Dominginhos, com ele; *Feira de mangaio*, de Sivuca e Glória Gadelha, com Bruno Moritz; *Forró bachiano*, de Bruno Moritz, com ele; *Segunda barca*, de Marcos Nimmer, com ele; *Na sombra da asa branca*, de Toninho Ferragutti, com ele; *Tico-tico no fubá*, de Zequinha de Abreu, com Bruno Moritz; *Saudosa maloca*, de Adoniran Barbosa, com Bruno Moritz; e *O frevo*, de Márcio Bahia, com ele.



Programa apresentará músicas como *De Altamira a Campina Grande*, de Dominginhos

### TV Senado

#### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Leituras
- 1h30 - Conversa de músico
- 2h - Especiais
- 3h - Inclusão/Diplomacia
- 4h - Cidadania Debate
- 5h - Cidadania Entrevista
- 5h30 - Parlamento Brasil
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Leituras
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Diplomacia/Inclusão
- 9h - Parlamento Brasil
- 9h30 - Alô Senado
- 10h - Especial/Comissões
- 12h - Cidadania Entrevista
- 12h30 - Direto do Cafezinho
- 13h - Cidadania Debate
- 13h45 - Senado Agora (ao vivo)
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Senado Agora
- 18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
- 19h - Cidadania Debate
- 20h - Direto do Cafezinho
- 20h30 - Cidadania Entrevista
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

#### TERÇA A QUINTA-FEIRA

- 1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
- 5h30 - Alô Senado ou Leituras
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Direto do Cafezinho
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Direto do Cafezinho
- 8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 8h30 - Direto do Cafezinho
- 8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 9h - Direto do Cafezinho
- 9h30 - Comissões (ao vivo)
- 13h45 - Senado Agora (ao vivo)
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Senado Agora
- 18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
- 19h - Cidadania Debate
- 20h - Direto do Cafezinho
- 20h30 - Cidadania Entrevista
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

#### SEXTA-FEIRA

- 1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
- 5h30 - Parlamento Brasil
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Direto do Cafezinho
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Direto do Cafezinho
- 8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 8h30 - Direto do Cafezinho
- 8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h45 - Senado Agora (ao vivo)
- 14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação)
- 18h45 - Direto do Cafezinho
- 19h - Cidadania Debate
- 20h - Direto do Cafezinho
- 20h30 - Cidadania Entrevista
- 21h - Jornal do Senado Federal
- 21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

#### SÁBADO - 8.9.2007

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Leituras - Marcelino Freire
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 4h - Alô Senado
- 4h15 - Eco Senado
- 4h30 - De coração - Acupuntura e medicina oriental
- 5h - Conversa de Músico
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Alô Senado
- 7h15 - Eco Senado
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - De coração (reprise)
- 8h30 - TV Brasil Internacional-Hecho a Mano
- 9h30 - Leituras (reprise)
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Carmina Burana - 1ª parte
- 11h - Parlamento Brasil
- 11h30 - Inclusão - Trabalhadores do Brasil
- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Alô Senado
- 13h15 - Eco Senado
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h30 - O Velho - Luis Carlos Prestes - 4ª parte
- 16h30 - Salão Nobre - Luiz Pinguelli Rosa
- 17h30 - Cidadania Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Alô Senado
- 20h - Leituras (reprise)
- 20h30 - Especial
- 21h - Parlamento Brasil
- 21h30 - Salão Nobre
- 22h30 - Diplomacia
- 23h30 - De coração (reprise)
- 24h - Espaço Cultural - O Século de Stanislavski - 2ª parte

#### DOMINGO - 9.9.2007

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Alô Senado
- 2h15 - Eco Senado
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 4h - Leituras - Marcelino Freire
- 4h30 - De coração - Acupuntura e medicina oriental
- 5h - Conversa de Músico
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - TV Brasil Internacional - América do Sul Hoje
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Leituras (reprise)
- 8h30 - De coração (reprise)
- 9h - Diplomacia
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Carmina Burana - 1ª parte
- 11h - Alô Senado
- 11h15 - Eco Senado
- 11h30 - Especial
- 12h - Repórter Senado
- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Parlamento Brasil
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Espaço Cultural - O Século de Stanislavski - 2ª parte
- 15h30 - Especial O Velho - Luis Carlos Prestes - 4ª parte
- 16h30 - Diplomacia
- 17h30 - Cidadania Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Carmina Burana - 1ª parte
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras (reprise)
- 21h - Especial - O Velho - Luis Carlos Prestes - 4ª parte
- 22h - Repórter Senado Especial - Japão - 2ª parte
- 23h - Parlamento Brasil
- 23h30 - De coração - Acupuntura e medicina oriental
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

### Rádio Senado

#### TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

#### DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

#### DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

#### DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

#### SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

#### SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

#### TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

#### QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

#### QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

#### SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

#### SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

#### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

### Como sintonizar

- FM**  
 Freqüência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
- ONDAS CURTAS**  
 Freqüência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
- INTERNET**  
 No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player
- ANTENA PARABÓLICA**  
 Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na freqüência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

### Como sintonizar

- TV A CABO**  
 NET, TVA e Video Cabo
- TV POR ASSINATURA**  
 Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)
- UHF**  
 João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

- ANTENA PARABÓLICA**  
**Sistema analógico:**  
 Satélite - B1  
 Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal  
 Freqüência - 4.130 MHz
- Sistema digital:**  
 Satélite - B1  
 Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

- Freqüência - 3.644,4 MHz  
 Freqüência (Banda - L) - 1.505,75 MHz  
 Antena - 3,6 m  
 PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
 Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB  
 Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
 FEC - 3/4

## RESENHA

## Regras da Igreja para além da vida religiosa

ALEXANDRE GUIMARÃES

Como reflexo da teologia moral e da ideologia religiosa do século 18, foram publicadas as *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, ordenadas por dom Sebastião Monteiro da Vide, agora republicadas como volume 79 das Edições do Senado Federal, no aniversário de 300 anos de sua primeira edição.

Como o catolicismo era a religião oficial do reino, era também obrigatória a todos os súditos. As determinações das Constituições tinham praticamente o mesmo valor das ordenações imperiais. Todos deveriam submeter-se às regras impostas e o descumprimento seria passível de punição.

Na época de sua redação, o modelo econômico colonial, montado sobre a base escravista, já estava consolidado. Igreja e Estado, agindo conjuntamente, haviam constituído no território português e em suas colônias o padroado régio, no qual o rei era a maior autoridade

da Igreja e esta era a autoridade máxima dentro do reino. Assim coexistiam, um visando o crescimento do outro, benéfico a si – o crescimento de territórios ampliava o número de fiéis que, doutrinados corretamente, tornavam-se bons súditos.

O objetivo de reger o povo, além da vida religiosa, não era oculto: nas palavras do arcebispo da Bahia de então, dom Sebastião Monteiro da Vide, a promulgação das Constituições serviria “para o bom governo do arcebispado, direção dos costumes, extirpação dos vícios e abusos, moderação dos crimes e reta administração da Justiça”.

A obra reproduzida, em versão fac-similar, em cinco livros, é indispensável para o estudo e compreensão da história colonial brasileira, por ter regido não só o mundo eclesiástico-religioso, mas também a vida secular nos tempos anteriores da independência. Sua leitura é fundamental para os estudos da história e do Direito no Brasil colonial.



REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, de Sebastião Monteiro da Vide, volume 79 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 30. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.*

## SENADO

## Interlegis: seminário debate ecoturismo

O 1º secretário do Senado e diretor do programa Interlegis, senador Efraim Morais (DEM-PB), deverá participar nesta quarta-feira do Seminário Interlegis Região Norte, na Assembléia Legislativa do Amazonas, em Manaus, sobre o ecoturismo e a responsabilidade ambiental.

“Responsabilidade ambiental e riqueza mineral” será o tema da

palestra do secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Virgílio Maurício Viana.

Já o tema “Ecoturismo – Desenvolvimento econômico e bem-estar social” será abordado pelo professor Carlos José da Silva. Ele é coordenador do curso de Gestão Turística do Centro Universitário de Brasília (UniCeub).

O governador do Amazonas,

Eduardo Braga, falará sobre “Amazônia e sua complexidade”.

O evento será promovido pelo Interlegis, a Assembléia Legislativa do Amazonas e a Câmara Municipal de Manaus.

O Interlegis, financiado com recursos do Orçamento da União e empréstimo do Banco Mundial, visa modernizar o Poder Legislativo nas esferas municipal, estadual e federal.



Parlamentares se reuniram em sessão solene pelos 35 anos de atuação da afiliada da Rede Globo

## Congresso homenageia Rede Amazônica de TV

Em sessão solene, o Plenário do Congresso homenageou na terça-feira a Rede Amazônica de Televisão, com sede em Manaus, pelos seus 35 anos de atuação.

Vários parlamentares se sucederam na tribuna para enaltecer a qualidade da programação e os serviços prestados pelo grupo à

comunidade amazonense. Os requerimentos que resultaram na homenagem foram de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A Rede Amazônica, que é afiliada à Rede Globo, opera em cinco estados (Amazônia, Acre,

Amapá, Rondônia e Roraima). Com mais de 800 empregados, a rede tem também cinco geradoras e igual número de estações em UHF. O complexo conta ainda com várias estações de rádio e o canal Amazon SAT, que trata exclusivamente de temas amazônicos.

## Arquivo aberto

Em 12 de setembro de 1902, nasceu o presidente Juscelino Kubitschek. Segundo o senador Lima Teixeira em discurso de 1º de fevereiro de 1960, Juscelino, “com extraordinária capacidade e dinamismo, merecedor de encômios, realizou todas as metas do



WALDEMAR BARRETO

seu governo, dentre as quais a criação de Brasília”. O senador Filinto Müller, em 12 de julho de 1961, enalteceu o estadista, que “se destacou pelo patriotismo, pela serenidade, pelo equilíbrio e decisão com que soube

guardar a Constituição e fazer respeitar as leis do país”. Em 2004, o programa *Memória Brasileira*, da TV Senado, foi gravado no Memorial JK, celebrando os 102 anos do nascimento do ex-presidente.

## Há 20 anos –

Em 16 de setembro de 1987, foi assinado o Protocolo de Montreal, em que os países signatários acordaram em substituir substâncias produtoras de gases que reduzem a camada de ozônio. Em 16 de dezembro de 1989, o Senado discutiu projeto que ratificou os textos do protocolo e da Convenção de Viena. O senador Fernando Henrique Cardoso discursou a favor: “É importante politicamente, porque desfaz muitos rumores a respeito do eventual comportamento do Brasil e do governo brasileiro em matéria ambiental”. Já o senador Ronan Tito declarou que “não somos responsáveis, mas somos réus, pois esse buraco que se abriu na camada de ozônio está parado em cima da América do Sul, e estamos pagando a culpa dessa irresponsabilidade e da leviandade dos gastos da sociedade moderna, que nas horas vagas, e para distrair a tensão dos contribuintes, joga em nós a culpa de estar acabando com a Amazônia”.

## Há 31 anos –

Até 1999, o Dia da Imprensa era comemorado em 10 de setembro – a partir desse ano, passou a ser em 1º de junho. Na década de 1970, em plena ditadura militar, a data foi lembrada em ocasiões como no dia 10 de setembro de 1976, pelo senador Mauro Benevides: “O evento, neste 1976, bem que poderia propiciar a suspensão da censura ainda existente junto a jornais que se editam no território brasileiro, restabelecendo-se, em sua plenitude, uma franquia de extraordinária significação para os povos civilizados e cultos”.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivaldo Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.  
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br  
E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Interdição limita a cidadania, mas pode ser necessária

**T**odo brasileiro tem direito à vida, à liberdade, à propriedade e à autonomia para contrair obrigações e para administrar, dentro dos limites legais, sua vida e seu patrimônio. Mesmo que o cidadão não possa exercer esses direitos por conta própria, no caso de doença, por exemplo, não deixa de fazer jus a eles. Assim, se a pessoa não tem condições de administrar os próprios interesses, a lei dispõe de um mecanismo para evitar que ela seja prejudicada, chamado interdição, em que o juiz declara a pessoa incapaz, ainda que provisoriamente, e nomeia um curador para representá-la.

## Quem pode pedir a interdição?

O Código Civil estabelece que podem requerer a interdição somente os pais ou tutores, o cônjuge ou, na falta destes, um parente do doente, e ainda o Ministério Público (este somente quando se tratar de doente mental grave cujos parentes e responsáveis forem incapazes ou não tenham requerido a interdição).

O cônjuge ou companheiro do interditado, desde que não esteja separado judicialmente ou de fato, é, de direito, seu curador.

Na falta do cônjuge ou companheiro, é curador legítimo o pai ou a mãe e, na falta destes, o descendente que se

demonstrar mais apto (o mais próximo tem precedência sobre o mais remoto – o filho tem preferência sobre o neto, por exemplo). Na falta de qualquer dessas pessoas, cabe ao juiz a escolha do curador.

A função de curador não é obrigatória e a pessoa deve ser capaz de atender às exigências necessárias.

O curador deve representar e defender os direitos e interesses do interditado acima de quaisquer outros. Administra seus bens, assina documentos em seu nome, saca valores de pensão, salário ou qualquer outra movimentação financeira referente ao interditado etc.



Pedido deve ser apresentado, por meio de advogado, ao juiz da comarca onde o interditando reside

## Cabe ao juiz decisão de nomear curador

O pedido de interdição deve ser apresentado ao juiz da comarca onde reside o interditando (pessoa que tem a interdição solicitada) por meio de advogado.

Durante o processo, o Ministério Público tem o dever de representar o interditando, que, por sua vez, tem o direito de impugnar o pedido de interdição e de contratar um advogado para se defender. Qualquer parente do interditando também pode contratar advogado para defendê-lo, desde que pague os honorários com seus próprios recursos.

Acolhido o pedido, o juiz pede que o interditando compareça ao fórum e o interroga sobre sua vida, negócios, bens e o mais que lhe parecer necessário para julgar o seu estado mental. Após essa entrevista, o interditando tem cinco dias para impugnar o pedido.

Depois de cinco dias, o juiz nomeia um perito – em geral um médico psiquiatra – para avaliar a capacidade de discernimento do interditando e, obtido o laudo do perito, marca a data da audiência de julgamento do pedido.

Até que seja declarada pelos médicos a existência de doença que justifique a interdição, os atos praticados pelo interditando só podem ser anulados se for comprovada sua falta de discernimento no momento da realização do ato.

Nomeado o curador, todos os atos do interditado serão considerados nulos, ainda que a pessoa tenha momentos de plena saúde mental. A lei assim determina para garantir estabilidade aos atos que envolvam terceiros. Dessa forma, os direitos de terceiros são resguardados, diminuindo o risco de o próprio interditado vir a ser prejudicado. O pedido de interdição pode abranger período anterior, desde que o juiz entenda que há justificativas suficientes.

A ação de interdição não transita em julgado, ou seja, não é emitida uma sentença definitiva. A qualquer momento novos argumentos podem ser acrescentados à ação. Caso a demora do julgamento possa prejudicar o interditando, deve-se pedir ao juiz que nomeie provisoriamente

um curador.

Para que a pessoa interditada seja considerado novamente capaz é preciso que ela própria dê entrada numa outra ação, pedindo a revogação da interdição, caso em que o juiz designará um perito para avaliá-lo, antes de restituir-lhe a capacidade.

### Documentação necessária

#### Do autor do pedido

- ✓ RG e CPF
- ✓ Certidão de nascimento (ou casamento, se for o caso)
- ✓ Comprovante de residência
- ✓ Extrato, contracheque ou demonstrativo de renda.

#### Do interditando

- ✓ Laudo, atestado e receitas médicas
- ✓ Registro dos bens (imóvel, carro, títulos, etc.)
- ✓ Certidão de nascimento dos filhos

## Vida civil plena só aos 18 anos

A lei diz que a incapacidade da pessoa pode ser absoluta – caso em que ela não tem autonomia e deve ser representada pelo curador – ou relativa, em que a pessoa é incapaz apenas para alguns atos da vida civil, nos quais deve ser assistida por um curador.

O grau de incapacidade é entendido como o grau de dificuldade da pessoa para zelar pelos seus interesses, ou seja, seu grau de

comprar, vender, doar, casar, contratar, alugar, financiar etc.

discernimento para gerir sua vida.

#### São absolutamente incapazes

- Os menores de 16 anos.
- Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- As pessoas que, mesmo transitoriamente, não puderem exprimir sua vontade.

#### São relativamente incapazes

- Os maiores de 16 e menores de 18 anos.

■ Os alcoólatras e os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

■ As pessoas com deficiência mental ou sem desenvolvimento mental completo.

■ Os pródigos (pessoas que gastam compulsivamente todos os seus recursos de forma descontrolada).

Aos 18 anos, à exceção dos índios, que estão sob lei especial, a pessoa é considerada capaz para todos os atos da vida civil.

## Pais, casamento, curso superior e renda própria emancipam

O procedimento oposto ao da interdição é o da emancipação, em que o menor adquire a capacidade para os atos da vida civil antes da idade prevista. A emancipação pode ocorrer por concessão dos pais ou responsáveis (não é necessário recorrer ao juiz, basta ir ao cartório), pelo casamento, pelo exercício de emprego público efetivo ou pela colação de grau em ensino superior. Caso o menor tenha estabelecimento comercial ou uma relação de emprego que lhe proporcione renda própria suficiente, também pode ser emancipado. Uma vez concedida, a emancipação não pode ser revogada e o menor passa a ter plena capacidade para a vida civil.

### Saiba mais

Código Civil - Lei 10.406/02  
[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm)

Associação Brasileira de Psiquiatria  
Rua Pedro de Toledo, 967  
C1 - Vila Clementino  
São Paulo (SP)  
CEP 04039-032  
(11) 5549.6699  
Fax 5579.6210

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)  
SAS - quadra 5, lote 1,  
bloco M - Brasília (DF)  
CEP 70070-939  
(61) 3316-9600  
[www.oab.org.br](http://www.oab.org.br)

Conselho Federal Psicologia  
SRTV, conjunto P, sala 4.024A  
Asa Norte - Brasília (DF)  
CEP 70719-900  
(61) 3328-1728

## Situações que não significam incapacidade

- Pessoas que enfrentam restrições para prática de atos específicos – por exemplo, o falido que não pode iniciar novo empreendimento até que todas as dívidas sejam quitadas
- Pessoas com deficiência física – de forma alguma são consi-

- deradas inaptas para reger sua própria vida
- Pessoas idosas – a idade avançada não prejudica a capacidade da pessoa por si só. Apenas quando houver doença ou circunstância que prejudique o seu discernimento é que

- podará vir a ser interditada
- Doentes graves – se a doença não afetar as faculdades mentais, o doente pode outorgar a outra pessoa procuração simples para atos específicos ou confirmá-los depois de recuperar a saúde